



Em dois dias de votação, 37,45 por cento dos associados foram às urnas

A Cotrijuí encerra definitivamente o processo de desmembramento, concluindo mais uma etapa da sua história. A decisão foi confirmada pelo plebiscito realizado nos dias 20 e 21 de novembro, que também aprovou, com 94,62 por cento dos votos, o novo Estatuto Social — 4, 5, 6, 7, 8 e 9

DESMEMBRAMENTO UMA DECISÃO HISTÓRICA



Resultado da votação foi divulgado na assembléia

SOJA 90/91

Reação temporária no mercado internacional

Enquanto as projeções de plantio indicam sensível redução de área no País, o produto no mercado internacional apresenta tendência de alta, devido aos níveis da demanda mundial — Última página

FATO RELEVANTE

— A COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA — COTRIJUÍ, comunica a seus fornecedores, clientes, bancos e público em geral, que no dia 22 de novembro de 1990, formalizou-se o Desmembramento de sua Regional do Mato Grosso do Sul.

A partir desta data, a COTRIJUÍ continua exercendo suas atividades no RS da mesma forma como vem atuando ao longo dos últimos 33 anos, preservando o patrimônio constituído de indústrias, armazéns, subsidiárias, terminal graneleiro, etc, no Estado.

Todas as atividades operacionais e administrativas até então desenvolvidas pela Regional do MS passam agora ao domínio da COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL LTDA. — COOAGRI, que assume nesta data o patrimônio, incluindo a totalidade dos bens, direitos e obrigações.

As duas cooperativas, protagonizando os mesmos princípios que levaram a COTRIJUÍ há 12 anos, buscar novas fronteiras, reafirmam seus propósitos de proporcionar o bem comum, objetivo maior do cooperativismo.

Ijuí, 22 de novembro de 1990

OSWALDO OLMIRO MEOTTI
Presidente da COTRIJUÍ

NEDY RODRIGUES BORGES
Presidente da COOAGRI

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Ijuí — Rua das Chácaras, 1513, Cx. Postal 11
Ijuí/RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199 - Fax: (055) 332-5161
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

Porto Alegre - Av. Júlio de Castilhos, 342
CEP 90030 - Fone (0512) 28-3155 -
Telex 511433 CTXT

Rio Grande - Terminal Granelero - 4ª Seção
da Barra - CEP 96200 - Fone (0432) 32-1122
Telex 532173 CRTS

Dom Pedrito - BR-293 - Km 237 - CEP 96450
Fone (0532) 43-1002 - Telex 532362 CRTS

SUBSIDIÁRIAS

— **Cotriexport Cia. de Comércio Internacional**
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS
- CEP 90030 - Fone (0512) 28-3155
Telex 511433 CTXT

— **Cotriexport Corretora de Seguros Ltda.**
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS
- CEP 90030 - Fone (0512) 21-0809
Telex 511433 CTXT

— **Cotridata - Processamento de Dados Ltda.**
Rua José Hickenbick, 66 - Ijuí - RS - CEP 98700
Fone (055) 332-1999 - Telex 553726 CRTS

— **Transcooper - Serviços de Transportes Ltda.**
Rua das Chácaras, 1513 - Ijuí - RS - CEP 98700
Fone (055) 332-3065 - Telex 552212 TSCO

Dourados - (MS) - BR-463 - Km 4 -
Fone (067) 421-3815 - Telex 674102 TSCO

— **IRFA - Instituto Riograndense de**
Febre Aftosa Ltda.

Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS
CEP 90030 - Fone (055) 332-2690 - Ijuí - RS

— **SOPROSUL - Ind. e Comércio de**
Plásticos Ltda.

Rua Padre Diogo Feijó, 37 - Bairro Navegantes
- Porto Alegre - RS - CEP 90240
Fone (0512) 43-71-19

ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

Oswaldo Olmiro Meotti

Vice-presidente/Pioneira

Celso Bolívar Sperotto

Superintendente/Pioneira:

Walter Frantz

Vice-presidente/Dom Pedrito:

Oscar Vicente Silva

Conselho de Administração (Efetivos):

Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João
Santos da Luz, Félix Gotardo, José Ataídes
Conceição, José Jorge Rieth de Oliveira, Irani
dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini,
Oscar Otto Hoerlle, Leonildo Anor Pötter, Luiz
Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangirolami, Carlos Leodoni
Andrighetto, Arlindo Valk, Enor Camiel, Jorge
Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair
Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro
Guiotto, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy
Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Amário Becker e Otalaz de Vargas Montardo

Suplentes:

Ervino Egon Preissler e Alvorí Rosa

Diretor contratado:

Léo José Gó

LOJAS COTRIJUI

Regional Pioneira. 26

Dom Pedrito. 3

Total. 29

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

Regional Pioneira.....	585.800 t
Rio Grande.....	220.000 t
Dom Pedrito.....	91.000 t
Total.....	896.800 t

Órgão de circulação dirigida ao quadro social,
autoridades, universidades e técnicos do setor,
no país e exterior.

COTRIJORNAL

Associado da ABERJE

REDAÇÃO

Dária C. L. de Brum Lucchese, editora;
Carmem Rejane Pereira; Raul Quevedo, Porto
Alegre; e Lucilene Zafalon, Rio Grande

REVISOR

Sérgio Corrêa

— Impressão em Off-Set rotativa
Solna, na "A Tribuna Regional",
Santo Ângelo/RS.

Encerrando em definitivo e oficialmente a questão do desmembramento no dia 22 de novembro, a Cotrijui acabou de concluir mais uma etapa da sua história. Uma história que iniciou no final da década de 70, quando a Cotrijui incorporou uma cooperativa falida no Mato Grosso do Sul, atendendo em parte a uma reivindicação dos seus associados. Este mesmo grupo de associados se somou aos demais da cooperativa, para aprovar a separação, que como vontade política existe deste praticamente a fundação da ex-Regional naquele Estado. O processo de desmembramento, que iniciou legalmente em maio, fez com que o quadro social voltasse às urnas em novembro, para dar o seu parecer sobre o relatório final da questão e sobre o novo Estatuto Social, que com o desmembramento apresenta modificações na estrutura administrativa e também estabelece uma nova sistemática na integralização de capital. A exemplo de maio, o índice de aprovação foi grande, totalizando 94,62 por cento nas até então três regionais. O desmembramento trouxe também a formação de uma nova cooperativa, a Cooagri, que assumiu todo o patrimônio constituído no Mato Grosso, e também responsabilidades de ordem financeira, como forma de ressarcimento a Cotrijui, pelos investimentos de caráter tecnológico, humano, entre outros, realizados no passado, além de parte do volume total de dívidas mantidas pela Cotrijui. A partir de agora passam a existir uma Cotrijui um pouco menor

e a Cooagri, no MS, as quais vivem novos momentos. E pelo seu lado, continua com sua estrutura inalterada, com todas as suas indústrias, armazéns, subsidiárias e o Terceiro Leão, mas reforçando uma atuação que vem sendo mais de três décadas, em território gaúcho, com a finalidade de solidificar um trabalho que priorize a verticalização do setor. Os resultados do último plebiscito, as considerações finais do desmembramento, como também o Estatuto Social na íntegra, nas páginas 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

A safra de verão, e em especial o caso da soja, sob maus presságios. A redução da área é uma realidade, fechada e a queda da produtividade, por falta de tecnologia adequada, também é uma realidade. Por outro lado, a valorização do produto no mercado internacional, parece seguir uma trajetória diferente da anterior, uma vez que os estoques mundiais estão reduzidos e, da, por parte da CEE, mantém uma tendência temporária. Isso tudo deve refletir positivamente sobre os preços de venda em maio do próximo ano, uma notícia até certo ponto otimista, mas para quem puder continuar semeando bem a semente do Plano Collor. Análise na última página.

DO LEITOR

Mão-de-obra qualificada, exigência da modernização da agricultura

Manoel Luzardo de Almeida

Neste final de milênio, exige-se do Brasil que supere inúmeras barreiras a fim de conseguir um lugar entre as economias do primeiro mundo. Entre elas, no que se relaciona à agricultura, merece destaque a dificuldade em dispor, em número suficiente, de mão-de-obra qualificada, ou melhor, profissionalizada.

O próprio avanço da tecnologia entre as nações adiantadas somente se consolidou no meio agrícola depois que puderam dispor do elemento humano devidamente qualificado. E esse problema é tanto mais grave no caso brasileiro, quando se sabe que há um elevado contingente humano jogado no mais puro obscurantismo do analfabetismo. As dificuldades que daí surgem são intransponíveis. A começar pela leitura de um manual de instruções que acompanha uma máquina agrícola mais sofisticada, para que possa ser convenientemente utilizada. Mais ainda, são máquinas que representam um elevado investimento, e exigem, no mínimo, quem possa utilizá-las pelo domínio da tecnologia, conseqüentemente exige aprendizado, exige escolarização.

A modernização da agricultura das nações desenvolvidas não foi conquistada sem antes investir-se no elemento humano; esse é o grande segredo do sucesso. Milagre é efeito sem causa. E isso ainda não aconteceu com aquelas nações que fizeram de sua agricultura uma atividade econômica avançada.

A produtividade agrícola exige, sem dúvida, muitos insumos, mas também impõe a sua adequada utilização, e não o desperdício. Para tanto, a técnica é indispensável, e essa somente se consegue pelo treinamento constante do elemento humano. Fundamentalmente, o grande investimento que é preciso ser feito é no elemento humano. A improvisação, o desespero, não podem ser substituídos pelo simples "jeitinho brasileiro", pois este não é o cami-



"A modernização da agricultura das nações desenvolvidas não foi conquistada sem antes investir-se no elemento humano"

nho mais adequado para que possamos chegar a uma agricultura com tecnologia, altamente competitiva.

Nesta hora em que a política econômica do governo federal se orienta para a abertura do mercado à livre competição, reduzindo ou mesmo eliminando as barreiras tarifárias, é preciso pensar nas conseqüências. Aí surgem, evidentemente, as necessidades de dispor do elemento humano preparado, capaz de enfrentar as mudanças que se operam, algumas até a curtíssimo prazo. Mais ainda, isso se torna indispensável, considerando-se que atualmente 80 milhões de brasileiros já são urbanos e aqueles que ainda não o são recebem, através dos meios de comunicação, a influência dessa mentalidade citadina.

As mudanças nos próximos hábitos, inclusive alimentares, começam a criar novos tipos de exigências que também chegam ao homem do campo. Há, em todo esse complexo, o desaparecimento de fronteiras, que fazem a cabeça de muita gente, inclusive enchendo de ilusões que, em dados instantes, são irreversíveis. Esse é um dos aspectos que nos obriga a pensar na urgência em preparar o homem do campo, para que possa produzir bem e convencer-se de que, por essa forma, estará também melhorando o seu bem-estar, o seu padrão de vida e contribuindo para o aumento da riqueza nacional.

Começam a reduzir-se as distorções de mercado que tanto pesaram, não há dúvida, no período de substituição de importações, vale dizer, substituir as importações pela produção interna.

A livre competição é uma orientação dominante do governo federal, o que começa a exigir que se conheça melhor os custos reais.

Evidentemente, que há muitas distorções, e entre elas destacam os volumosos subsídios que os países desenvolvidos destinam ao setor agropecuário, como revelam os custos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que os Estados Unidos, Comunidade Econômica Europeia (CEE) e Japão, gastam por ano a colossal soma de US\$ 245 bilhões de dólares, provocando, evidentemente, problemas sérios no comércio internacional.

Há, evidentemente, uma série de dificuldades que precisam ser devidamente superadas. O tema é complexo, por si mesmo, é de recente complexidade. Integra os planos estratégicos das nações desenvolvidas, que o setor de alimentação é uma matéria de segurança nacional.

São considerações essas que podem aumentar o leque de distorções, permitindo que se façam as diversas colocações, percebendo melhor a importância inquestionável que assume o preparo da mão-de-obra rural, nessa mudança de rumo à modernidade, que é o que o mundo pede e dele não podemos nos afastar. É que a nossa agricultura possa dispor em igualdade de condições, o seu posicionamento em produtividade, beneficiando-se assim do avanço da tecnologia colocada à disposição de quem estiver apto para dela se beneficiar.

Manoel Luzardo de Almeida é professor universitário e Assessor Econômico da FARSUL.

Destaque comunitário para Bolivar Lima



Bolivar de Souza Lima

Na noite do dia 1º de dezembro, o gerente de operações do Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto, Bolivar de Souza Lima, recebeu o troféu de destaque empresarial 90 em Rio Grande, no clube Comercial da cidade. A solenidade de entrega do Troféu Destaque Comunitário já está em sua quarta edição, sendo promovida pelo colunista social Flávio Mansur, laureando 18 pessoas que têm seus méritos reconhecidos pela comunidade rio-grandina. Na ocasião esteve presente o presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti e senhora.

Na opinião de Bolivar de Souza Lima, o destaque, ainda que venha em seu nome, dá méritos à própria Cotrijuí, cujo desempenho em Rio Grande, através de seu terminal marítimo tem sido marcante, operan-

do com agilidade e eficiência. Como gerente geral da unidade rio-grandina da empresa, Bolivar Lima criou os departamentos de entidades esticadora e expurgadora, além de reativar a Cotriexport no município como agência de navegação.

Apostou ainda no marketing do Terminal no exterior, quando a partir de várias viagens, fez contatos com os principais portos europeus, entre eles os de Rotterdam (o mais importante mundialmente), Hamburgo e Brêm. Como resultado dessa estratégia, o terminal marítimo da Cotrijuí passou a ganhar prêmios de 3 a 5 dólares/tonelada, refletindo a sua credibilidade junto aos importadores internacionais. Hoje, o terminal movimentou anualmente uma média de 1,5 milhões de toneladas para a exportação.



Semeadeira PHD Imasa no CTC
nho, menor do que as plantadeiras 1600 e 2000, a PHD Imasa vem favorecer o plantio de experimentos, em parcelas menores do que uma lavoura comercial.

Imasa apóia pesquisa

Colaborando com os trabalhos do Centro de Treinamento da Cotrijuí, a Imasa-Indústria de Máquinas S/A de Ijuí, que desde há muito tempo vem somando esforços com o CTC, contribui mais uma vez com a pesquisa da região. Dessa vez, o apoio vem com a cedência por tempo indeterminado ao CTC, de uma semeadeira convencional nova, hidráulica, adaptada para o plantio direto. Pelo seu tama-

BRASIL

Atrás de Sri Lanka

O retrato social do Brasil está cada vez pior. A constatação que já havia sido feita há alguns meses pelo Banco Mundial, quando se apontava a distribuição de renda do País com a última de 41 países pesquisados - atrás inclusive de Sri Lanka -, foi reforçada pela recente Pesquisa Nacional de Amostragem a Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que com dados levantados em 89 registrou ter o Brasil mais de 100 milhões de pobres e com uma distribuição de riqueza perversa: os 10 por cento mais ricos estão abocanhando 53,2 por cento da renda, enquanto os 50 por cento mais pobres ficam com apenas 3,5 por cento.

Ao esboçar o retrato da última década do Brasil, a pesquisa do IBGE constata também um crescente índice de êxodo rural. Dos seus 144,3 milhões de habitantes, 74,3 por cento situam-se nas cidades enquanto 25,7 por cento estão no campo. Em 1981, a população rural abrangia 28,8 por cento. Outro dado relevante diz respeito aos analfabetos, que embora tenham uma participação menor do que em 81 (era de 25 por cento), somam ainda 24,2 milhões de pessoas, totalizando 20 por cento da população.

A pesquisa traz ainda o contingente da população ocupada, que chegou aos 60,2 milhões em 1989, sendo dois milhões desocupados. É destacado também o aumento de

mulheres no mercado de trabalho: de 32,1 por cento em 81 passou para 35,2 em 89, sem que, no entanto, a sua renda média de trabalho tenha se alterado significativamente: o rendimento médio real da mulher representa ainda 53 por cento do rendimento médio real do trabalho do homem.

A desigualdade espantosa impressa no retrato social brasileiro pode ser observado por outros inúmeros aspectos que a pesquisa levanta, até mesmo entre regiões. O Nordeste por exemplo, continua com o pior perfil, tendo 40 por cento dos analfabetos e apenas 22,8 por cento de empregados com carteira assinada, e a maior parte da população que recebe apenas um salário mínimo: 44,7 por cento contra 15,5 por cento no Sudeste.

De um modo geral, no entanto, os indicadores de rendimento em âmbito nacional, já dizem quase tudo. Embora os números revelem um maior número de geladeiras e um aumento no número de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, nos últimos dez anos, os brasileiros só tiveram agravado o seu estágio de pobreza: apenas dois milhões de pessoas, ou seja 3,2 por cento ganham mais do que 160 mil cruzeiros, enquanto 16,5 milhões de pessoas ganham até um mínimo e outros 29,5 milhões de habitantes ganham algo perto dos 17 mil cruzeiros.

TECNOLOGIA

Região ganha fórum de debate

Instalação de um fórum permanente de debate sobre as questões tecnológicas que envolvem a agricultura da região. Essa é em síntese, o objetivo da Comissão de Tecnologia Regional, fundada em 29 de setembro, e que congrega todos os profissionais ligados a agropecuária da região. Segundo o seu coordenador, engenheiro agrônomo e pesquisador do Centro de Treinamento da Cotrijuí, Luiz Volney Mattos Viau, faz parte de um antigo projeto que hoje encontra fortes razões para ser colocado em prática.

"A agricultura está sofrendo transformações altamente significativas, onde o produtor, para que possa continuar na produção é obrigado a melhorar os níveis de produtividade. Por outro lado, o modelo preconizado a partir da década de 70, com a produtividade sendo adquirida por meio de insumos derivados do petróleo, não se adapta mais à realidade devido ao seu elevado custo de manutenção". O desafio, portanto, que se coloca aos profissionais da agropecuária, é o de buscar novas alternativas tecnológicas, para que o produtor continue produzindo com eficiência.

De caráter regional, a Comissão de Tecnologia é composta por agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas de toda a área de atuação da Cotrijuí Pioneira, ligados a instituições do setor. Fazem parte da Comissão, a Cotrijuí, Emater, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado, Unijuí, Apaju, Avesemi, Nativa, Escritórios de Planejamento e profissionais ligados diretamente à produção.

Reunindo-se mensalmente, a Comissão de Tecnologia tem reunião em dezembro, no dia 14, quando serão tratados diversos assuntos como avaliação do estabelecimento das culturas de verão, entre outros.

O espírito da Comissão é o de poder discutir estes assuntos com base em uma quantificação dos resultados e não de uma avaliação superficial", assinala Volney, anunciando ainda que num segundo momento, os resultados das reuniões serão publicados, para posteriormente serem difundidos como recomendações técnicas aos produtores através de dias de campo.

Economia mundial



Argemiro

Como tem feito anualmente, o analista de mercado, Argemiro Luis Brum, proferiu uma rodada de palestras nas unidades da Cotrijuí sobre o futuro do mercado da soja para a próxima safra, comentando todas as tendências de oferta, demanda e preço. Destacou ainda os efeitos da nova ordem econômica mundial, desencadeado por vários fatores como as reformas econômicas do Leste Europeu, a união monetária e econômica da Europa, em 1993, os avanços obtidos pela biotecnologia e as negociações para a liberalização da economia no Gatt. Tudo isso além dos rumos que a economia nacional tem tomado através do Plano Collor, em especial a agropecuária, que cada vez mais se distancia dos recursos oficiais.

Collares, o governador

Collares, do PDT, é o governador do Rio Grande do Sul com dois milhões 319 mil votos no segundo turno das eleições no dia 25 de novembro. Este total de votos, o Collares, da Frente Progressista, venceu ainda pelo PSDB e pelo PFL, atingiu 45,66 por cento no Estado, contra os 34,34 por cento, conseguidos pelo governador Nelson Marchezan da Silva. O Collares, do Novo Rio Grande, que venceu com 472 mil 356 votos. Collares, 63 anos, Alceu Collares, como vice o santamarista Gilberto Lucas Coelho, foi eleito vereador pela cidade de Porto Alegre em 1963, e cumpriu dois mandatos como deputado federal (um como suplente) e foi prefeito de Porto Alegre de 1989 a 1993. A eleição para governador do Estado, registrou ainda no segundo turno um expressivo número de votos nulos - um milhão 177 mil 200 votos (21,20 por cento) e 198 votos em branco, (4,14 por cento).

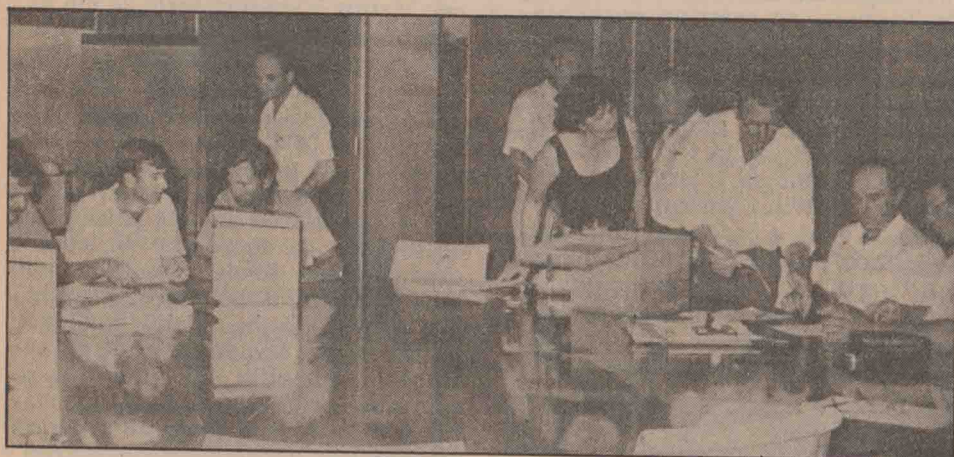
rumos biotecnologia



Sebastião Pinheiro, secretário municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, vai em Ijuí, no dia 29 de novembro, para apresentar o livro "Biotecnologia: Muito Além da Revolução Verde ou Desastre?", de autoria de Henk Hobbelink, é tradutor de um livro que também é publicado pela Fundação Juquira Candiru. A preocupação levantada por Sebastião Pinheiro faz parte de um questionamento apresentado no livro, sobre as consequências que apontam "limites para o Terceiro Mundo, das chamadas sementes milagrosas da biotecnologia". A partir da análise da situação em contexto nacional, onde o controle monopolizado das multinacionais ameaça a soberania da agricultura em países desenvolvidos, o livro de Hobbelink analisa duas possibilidades: a biotecnologia venha a se transformar numa arma na luta contra fome e que se converta, efetivamente, numa ameaça para os agricultores, com o desaparecimento da diversidade genética. A vinda de Sebastião Pinheiro foi promovida pela Associação dos Profissionais de Agronomia e reuniu profissionais e estudantes de Agronomia na Unijuí.

Um novo momento

Os resultados do segundo plebiscito do desmembramento na Cotrijuí confirmaram a posição favorável à separação do MS, já tomada pela maioria dos associados em maio passado. Com a separação, surge a Cooagri, no Mato Grosso, e um novo momento para a Cotrijuí, que agora, mais enxuta, se volta inteiramente para o Estado e a região que lhe deu origem, buscando com mais força a verticalização da produção. A separação traz ainda a edição de um novo Estatuto Social, o qual está sendo publicado na íntegra, nesta edição, e em que se destaca a reforma administrativa e o novo sistema de capitalização



Contagem dos votos
Participação de representantes da Prefeitura Municipal de Ijuí e dos sindicatos rurais

O desmembramento da Regional do Mato Grosso do Sul, que vinha sendo cogitado desde 1980 e que foi desencadeado legalmente a partir de maio deste ano, está definitivamente encerrado. A decisão histórica na vida da Cotrijuí e também no cooperativismo nacional, aconteceu pela vontade expressa da maioria do quadro social da cooperativa, que voltou a reafirmar sua posição favorável à separação da Regional do MS, no plebiscito realizado nos dias 20 e 21 de novembro. Dos 5.285 associados votantes, 94,62 por cento disseram "sim" ao desmembramento, aprovando conjuntamente os dois novos Estatutos Sociais, o da Cotrijuí e o da nova cooperativa formada, a Cooagri, além do relatório final do desmembramento.

Fruto de uma discussão profunda desenvolvida pelo quadro social, o desmembramento não deixa de proporcionar à Cotrijuí, a inauguração de uma nova fase, incrementada por um redimensionamento da sua atuação e também na sua estrutura de administração. A partir de agora, a diretoria eleita conta com um presidente, um vice e dois superintendentes (um para cada regional), assim como o Conselho de Administração fica responsável pela elaboração do Regimen-

to Interno. O sistema de capitalização também foi modificado, estabelecendo, pelo novo estatuto, limites mínimos e máximos de subscrição de integralização do capital, entre outros itens. **REDIMENSIONAMENTO** - Em âmbito externo, a Cotrijuí também se redimensiona, pois com a separação, ela volta a atuar somente no Rio Grande do Sul, concentrando todos os seus esforços na região que lhe deu origem, e seguindo, ao mesmo tempo, uma tendência econômica que prioriza ao máximo a verticalização da produção, ou seja, a de transformar o produto de origem primária já na sua fonte de produção, abastecendo prioritariamente os mercados local e regional e escoar o excedente. A autonomia econômica e política concedida a Regional do Mato Grosso do Sul significa ainda um reforço ao princípio da produtividade que aponta a necessidade de se produzir mais em um menor espaço de tempo e num menor espaço físico.

Integrando o Grupo desde 1978, quando a Cotrijuí incorporou a antiga Coopemara, que se encontrava em dificuldades financeiras, a Regional do MS, ao ter declarada a sua maioria, leva junto um patrimônio contábil equivalente a 23 por cento



Antonio Vione, 88 anos
Um dos associados mais antigos participando do plebiscito

de um total de mais de 10 milhões de cruzeiros. Incorpora também um quadro social constituído hoje por cerca de 2.795 produtores situados em 12 municípios naquele Estado.

Pelo seu lado, a Cotrijuí, como tem afirmado o presidente Oswaldo Olmiro Meotti, só perde em estatística, pois o desmembramento em nada altera a atuação da Cotrijuí no Rio Grande do Sul, devendo apenas consolidar um trabalho de desenvolvimento agro-industrial realizado há 33 anos. A ela ficam ligados mais de 12 mil associados situados nas nove unidades da região pioneira: Ijuí, Augusto Pestana, Jóia, Ajuricaba, Santo Augusto, Chiapetta, Coronel Bicaco, Tenente Portela, Roque Gonzales, Esquina Umbu e Dois Irmãos, além dos pertencentes a Regional de Dom Pedrito.

Com a manutenção da maior parte do patrimônio total do Grupo - 77 por cento -, a Cotrijuí também permanece com o controle de todas as suas subsidiárias: a Cotridata-Processamento de Dados, Cotriexport-Cia. De Comércio Internacional, Cotriexport-Corretora de Seguros, Transcooper-Serviços de Transporte, o Irfa - Instituto Riograndense de Febre Aftosa e Soprosul - Indústria e Comércio de Plásticos. Continua ainda com todas as suas indústrias e armazéns, marcas e patentes com as quais vem trabalhando, e com o Terminal Graneliro Luiz Fogliatto.

Os números da participação

Repetindo praticamente o índice de votos que se deu no desmembramento, em maio, e eleição dos dias 20 e 21 de novembro, o maior índice de participação foi de 14.113 associados aptos a votar, por terem entregue seus votos até o dia 31 de dezembro. Dos 5.285 exerceram seu direito representando 37,45 por cento da participação. Deste total, 94,62 por cento votaram pelo "sim", enquanto 5,38 por cento votaram em branco e 37 anularam seus votos.

Durante os três dias de votação, a assembleia geral extraordinária esteve em aberto, a votação foi realizada por funcionários e associados em Ijuí, nos dois Estados. Os votos foram colocados em urnas, lojas e mercados de rua, escolas, sindicatos rurais, comunitários, igrejas e locais de reunião. A apuração dos votos aconteceu na quinta-feira, dia 21, logo após o encerramento do plebiscito, e o resultado final foi divulgado na ocasião do encerramento da assembleia.

Estiveram presentes na apuração dos votos, o diretor do Grupo, Oswaldo Meotti, além de conselheiros e representantes da Prefeitura Municipal de Ijuí, da Câmara de Vereadores e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí, Júlio Gabbi.

PARTICIPAÇÃO - Os números do plebiscito, publicados no relatório, demonstram que, ao longo do pleito ocorrido em maio, a participação em termos de votos reais ficou com a Regional do MS. Dos 11.233 associados aptos a votar, 4.390 compareceram às urnas, perfazendo um percentual de 39,16 por cento de participação.

A unidade que saiu na frente desta vez, foi a de Coronel Bicaco, com 54,33 por cento dos votos, aptos a votarem compareceram às urnas. Em segundo lugar ficou Chiapetta, com 54,29 por cento de participação nas urnas. O índice de votos pelo "sim", no entanto, foi o mesmo das três regionais, totalizando 94,62 por cento, e representando um percentual de 95,05 por cento de participação.

O maior índice de votos pelo "sim", ocorreu na ex-Regional do Mato Grosso do Sul, que com 97 por cento dos votos, obteve 97 por cento de participação dos associados na votação. Contudo, foi menor do que em maio passado, pois dos seus 2.044 aptos a votar, 800 foram às urnas, totalizando um percentual de 39,16 por cento. Mas como da outra vez, algumas unidades se destacaram na participação, como foi o caso de Maracaju, que obteve o índice mais alto nas urnas: 54,87 por cento. Em maio, todos os 116 associados que compareceram às urnas optaram pelo "sim".

O menor índice de participação ficou novamente com a Regional de Dom Pedrito, que com 836 aptos a votarem, registrou apenas 95, alcançando somente 11,23 por cento. Destes, 91 disseram "sim", registrando um percentual de 8,01 por cento.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO PLEBISCITO, REALIZADO DE 20 A 22.11.90

UNIDADES	APTOS A VOTAR	VOTARAM	%	NÃO VOTARAM	SIM	%	NÃO	BRANCOS	NULOS	%
Augusto Pestana	1.449	467	32,23	982	438	93,79	22	-	7	-
Santo Augusto	996	519	52,10	477	504	97,12	12	2	1	-
Chiapetta	501	272	54,29	229	258	94,85	12	2	-	-
Ajuricaba	1.387	625	45,10	762	578	92,50	33	6	8	-
Ijuí	3.261	1.004	30,78	2.257	911	90,73	68	11	14	-
Jóia	664	251	37,80	413	236	94,02	11	1	3	-
Coronel Bicaco	589	320	54,33	269	310	96,88	10	-	-	-
Dois Irmãos	278	117	42,00	161	114	97,44	3	-	-	-
Roque Gonzales	173	67	38,72	106	65	97,01	2	-	-	-
Tenente Portela	1.935	748	38,75	1.187	720	96,25	25	2	1	-
SUB-TOTAL PIONEIRA	11.233	4.390	42,61	6.843	4.134	95,05	198	24	34	4,95
Dom Pedrito	836	95	11,35	741	91	95,78	2	1	1	4,22
Dourados	435	104	23,91	331	100	96,15	4	-	-	-
Rio Brilhante	351	154	43,87	197	147	95,45	7	-	-	-
Maracaju	277	152	54,87	125	147	96,71	4	-	1	-
Sidrolândia	216	69	31,94	147	68	98,53	1	-	-	-
Ponta Porã	172	65	37,79	107	63	96,92	2	-	-	-
Casapó	158	60	37,97	98	59	98,03	1	-	-	-
Campo Grande	1	1	100,00	-	1	100,00	-	-	-	-
Bonito	126	55	43,65	71	53	96,36	1	-	1	-
Jardim	64	24	37,05	40	22	91,66	2	-	-	-
Montese	244	116	47,54	128	116	100,00	-	-	-	-
SUB-TOTAL MS	2.044	800	39,16	1.244	776	97,00	22	-	2	3,00
TOTAL GERAL COTRIJUI	14.113	5.285	37,45	8.828	5.001	94,62	222	25	37	5,38

DESMEMBAMENTO

Resolução madura

do desmembramento surgiu depois da incorporação da Cotrijuí, que tomava esta decisão de vários fatores. Uma das razões de que a extinta Cooperativa encontrava em dificuldades financeiras tão graves quanto a venda do seu patrimônio as dívidas. Por outro lado, em seu quadro social havia um número de produtores poucos, muitos dos quais eram da Região Pioneira da Cotrijuí.

PRIMEIRO PASSO - A Cotrijuí, que nesta época já contava com a Regional de Dom Pedrito, o Terminal Graneleiro, e o Rio Grande, tinha consolidado uma transparência administrativa que lhe rendia credibilidade no âmbito nacional como no caso da A partir disso, foi chamada, com empenho, pelos próprios produtores da extinta Cooperativa do Banco do Brasil, do Ctrín e do BNCC, para que assumisse a liderança.

A incorporação foi rápida", relata o presidente, exemplificando com as duas assembleias realizadas em 1977, já se partiu para a assembleia conjunta, em dezembro de 1978, quando criou-se oficialmente a Regional do MS, que passou a ser administrada por um gerente geral, responsável pelas unidades de Camapuã, Maracaju, Sindrolândia e Iguatemi. Como forma de tornar mais viável, para lá também foram transferidos não somente o sistema de administração da Cotrijuí, como também os recursos humanos e financeiros significativos.

Com esse investimento, relata o presidente, já se fez sentir dois anos depois quando aquela entidade, estan-

do plenamente saneada, também começava a recuperar os seus anseios políticos de independência. Para atender a esta primeira reivindicação, a Regional do MS, como as demais, passou a funcionar, no início de 1981, com uma diretoria operacional contratada, sem que o assunto se esgotasse. Pelo contrário, ele tomou força ao ponto de, em 1984, a direção eleita e contratada discutir profundamente o destino das regionais.

O resultado dessa reunião, como recorda o presidente, foi o de que há muito a Regional do MS estava independente economicamente, mas não politicamente". O reforço político, no entanto, não demorou a vir. Em fevereiro de 1985, uma reforma estatutária estabeleceu diretorias eleitas em cada uma das regionais, com um vice-presidente e um superintendente, além dos Conselhos de Administração, Fiscal e de Representantes, com titulares e suplentes.

IDÉIA MADURA - Em 1986, as primeiras tratativas concretas do desmembramento começaram a surgir, através de auditoria contábil que realizou um inventário sobre todos os recursos que tinham sido aplicados na Regional do MS e o retorno que haviam proporcionado à Cotrijuí. O saldo devedor, no entanto, lembra Meotti, surpreendeu os companheiros do Mato Grosso, pois naquela época, a Cotrijuí tinha uma dívida relativamente alta, em que uma parcela apreciável era de responsabilidade daquela regional.

O adiamento do processo de desmembramento, contudo, não deixou de vir acompanhado de uma pactuação em que "as dívidas de curso anormal (financiamentos por excesso de imobilização ou por queda de safra), seriam saldadas com os rendimentos

Os primeiros passos, a evolução e as condições em que se deu o desmembramento da Regional do Mato Grosso do Sul são avaliadas pelo presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti



Meotti: as duas cooperativas têm plena capacidade e corpo associativo para continuar crescendo

do Terminal, das subsidiárias e uma parte do Mato Grosso do Sul, como restituição do socorro financeiro feito no passado". Dessa forma, grande parte da dívida foi amortizada, chegando a Cotrijuí, em 1989, a reduzir um compromisso mantido com dezessete credores para apenas dois, o Banco do Brasil e a CFP (Companhia de Financiamento da Produção), ficando esta com seu saldo credor diretamente ligado a Regional do MS.

Nesse momento, a negociação do desmembramento ficou mais fácil, diz Meotti, comparando o processo a "um casal em via de separação, onde os cônjuges, doentes, somente efetuam o ato, quando ambos estiverem curados". Para isso contribuiu ainda a decisão em assembleia de que o saldo devedor da Regional do MS, por recursos enviados no passado, fossem corrigidos mensalmente, fato que levou aquela regional a atingir um patamar desejável para o desquite".

Dai em diante, por delegação dos conselheiros à diretoria eleita, passou-se a uma negociação numérica de todo o saldo devedor que era suscetível de contabilização, tanto os recursos retornados em dinheiro ou em produto, como aqueles adquiridos pela transferência de tecnologia e recursos humanos, para o saneamento da unidade, quando da sua incorporação, embasada nos compromissos que a Cooperativa mantinha com os dois credores, a negociação fez com que a Regional do MS assumisse a responsabilidade de reembolso do saldo dos recursos que foram destinados no passado, mais uma dívida junto ao Banco do Brasil. Todos estes números passaram por uma discussão profunda nos conselhos e no corpo associativo da Cooperativa, que aprovou o desmembramento em maio passado e referendou as suas condições no último plebiscito nos dias 20 e 21 de novembro.

Do processo de desmembramento, o presidente da Cotrijuí ressalta ainda que de forma alguma, a independência significou transferência de uma entidade que estava dando lucro. Até porque, como frisa Meotti, "daquelas dívidas problemáticas que encorajaram a abertura do processo de separação, 70 por cento foram quitadas com recursos das subsidiárias e do Rio Grande, as quais sofreram no decorrer dos anos, um processo de enxugamento, como forma de auxiliar todo o grupo, sem levar em conta o tempo do seu saneamento individual.

A redução nos compromissos foi ainda maior com a separação do MS, uma vez que foram repassados para lá, cerca de 25 por cento do saldo da dívida restante, ficando algo em torno de 4 por cento a encargo da Regional Pioneira. "As duas cooperativas ficaram com uma situação financeira muito boa, uma liquidez excelente, e uma situação patrimonial invejável, em que a Cotrijuí possui algo em torno de sete bilhões de cruzeiros, apenas em valores históricos, os quais, se atualizados, não baixam de 30 bilhões de cruzeiros".

O descongestionamento dos seus compromissos de longo prazo, comprovados pelos números registrados pela Comissão Técnica, trouxe ainda à Cotrijuí "a convicção de readquirirmos uma capacidade de financiamentos a longo prazo, de modo que tão logo passe a nebulosa que envolve a economia brasileira, a Cooperativa tem condições de buscar financiamentos que viabilizem a verticalização da produção, edificando as agro-indústrias que se necessita há muito tempo".

Decisão da maioria

A incorporação da Regional do Mato Grosso do Sul não altera a atuação da Cotrijuí, o presidente Oswaldo Meotti, pois ela continua com o domínio de suas seis empresas, seus armazéns, indústrias, sua estrutura. "Nada disso foi alienado", afirma Meotti, dizendo que somente foram repassados para a Regional do Mato Grosso, os direitos e deveres da Regional que hoje se tornou uma nova cooperativa com igual capacidade de crescimento. A Cotrijuí, e também de cumprir os compromissos assumidos, na medida em que permaneça com um gerenciamento o qual a economia atual exige.

De um lado, já se faz sentir uma tendência de redução de grãos no Centro-Oeste, de diminuição de recursos e aos altos custos de comercialização da produção, as indústrias do Mato Grosso do Sul, por outro lado, com um incentivo de isenção de impostos durante cinco anos. Somente este aspecto se refletir diretamente sobre a indústria de frangos e de ração, proporcionando suficiente para o pagamento da dívida de desmembramento.

O presidente também esclarece uma vez o aspecto de maior relevância do desmembramento, "o qual se trata da vontade expressa da maioria da qual a Cooperativa. Não poderia ser diferente Meotti, ao enfatizar as razões pelas quais a separação nunca chegou a ser encarada como um divisor de forças. "O diferencial entre a sociedade de capital e uma sociedade de trabalho, como é o caso da Cooperativa, se não de que, na primeira, o comando está no detentor do capital, que do seu gabinete ou seu marketing, cria a sua clientela,

prestando apenas uma conta anual a seus parceiros. Numa sociedade de pessoas, as ordens emanam de fora, através do voto individual do produtor, seja qual for o tamanho do seu capital, sendo o administrador comandado por ele, e passível de ser substituído quando ele quiser. É de sua escolha que esse comando decida com ele", destaca Meotti, dizendo ainda que durante dez anos, essa experiência foi latente na Cotrijuí, comprovando que todos têm os mesmos direitos nas suas reivindicações.

A própria manutenção da Regional de Dom Pedrito se soma a esta experiência de caráter decisório. Estando no Rio Grande do Sul, a regional de Dom Pedrito complementa a Cotrijuí através de um trabalho voltado para a produção de arroz, gado, lã, etc., além de estar sob um mesmo regime tributário. "É uma unidade muito próxima", afirma o presidente lembrando que, com o desmembramento a Cotrijuí se tornou uma entidade única, mas através do seu novo estatuto, respeitou-se as peculiaridades de cada regional, mantendo o cargo de superintendente e dando o poder de indicação a qualquer cargo na direção executiva e no Conselho de Administração, sendo que para este, ela pode indicar o número que julgar mais adequado. O novo Estatuto estabelece ainda novas normas para a integralização de capital, criando limites mínimos e máximos de subscrição.

Vale frisar, no entanto, diz o presidente, que no decorrer do próximo ano, a Lei Agrícola deve ser votada pelo Congresso Nacional, feito pelo qual ele afirma que estará trabalhando. Dessa forma, também a legislação cooperativista deve ser alterada, provocando, assim, uma provável reforma no Estatuto Social.

Cooagri surge confiante

Para o presidente em exercício da Cooperativa Agrícola e Industrial Ltda, a Cooagri, Nedy Rodrigues Borges, o desmembramento representa um grande passo para o desenvolvimento do cooperativismo sul-mato-grossense, e atende às reivindicações dos associados locais que há muito tempo manifestavam-se favoráveis a separação. "Pode-se afirmar com convicção de que a idéia foi bastante amadurecida, e que agora cabe exclusivamente aos associados do Estado definir os rumos da sua cooperativa".

Contando com um quadro social de aproximadamente três mil produtores, a Cooagri passa a possuir uma capacidade de armazenadora de 514 mil e 400 toneladas, distribuídas em 18 unidades receptoras de grãos, localizadas na região Sudoeste do Estado. Conta ainda com três unidades de beneficiamento de sementes, e uma rede de 11 lojas de insumos agropecuários e supermercados.

O processo de industrialização teve início com a instalação de uma fábrica de rações e concentrados em Dourados, em 88, que produz 120 toneladas de rações diariamente. O segundo passo foi a implantação da primeira indústria de beneficiamento de milho do Estado, localizado em Maracaju. Outra ini-

ciativa pioneira foi a instalação do primeiro abatedouro de aves no Centro Oeste, localizado em Dourados, onde são abatidos 16 mil frangos por dia, tendo o projeto completo, uma previsão de um abate diário de 40 mil frangos.

Apesar do processo de cisão ter ocorrido numa época difícil, devido à recessão que tem atingido todos os setores econômicos do País, a diretoria da Cooagri está confiante no sucesso da nova Cooperativa. Para Nedy Borges, as dificuldades atuais não assustam uma vez que, segundo ele, a cooperativa foi muito bem estruturada para enfrentar as adversidades que atingem a economia nacional. Os maiores compromissos financeiros assumidos pela Cooagri, continua, são estruturados e a longo prazo. Entre esses, ele cita a dívida assumida por ocasião do desmembramento, uma soma de aproximadamente 12 milhões de dólares.

"É claro que o momento econômico e político porque passa o País vai adiar os planos de expansão da Cooagri", prossegue o dirigente, ressaltando que tão logo se defina melhor esse quadro, a cooperativa poderá pôr em prática seus projetos.



COTRIJUI

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.

ESTATUTO SOCIAL

Diretoria eleita com apenas um vice-presidente e limites mínimos e máximos para a subscrição do capital integralizado são duas inovações contidas no Estatuto Social, aprovado em plebiscito

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, DURAÇÃO E ANO SOCIAL

Art. 1º — A Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda., com a sigla Cotrijui, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, constituída em 20 de julho de 1957, rege-se pelo presente Estatuto Social, nos termos da legislação cooperativista vigente, tendo:

a) Sede e administração em Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul;

b) Foro jurídico na comarca de Ijuí-RS;

c) Área de ação, para efeito de admissão de Associados, circunscrita aos seguintes Municípios, todos no Estado do Rio Grande do Sul: Ijuí, Ajuricaba, Augusto Pestana, Chiapetta, Coronel Bicaco, Jóia, Miraguaí, Santo Augusto, Tenente Portela, Roque Gonzales, Herval Seco, Vista Gaúcha, Boa Vista do Buricá, Braga, Campo Novo, Catufpe, Crissiumal, Humaitá, Pejuçara, Redentora, São Martinho, Tupanciretã, Três Passos, Dom Pedrito, Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Herval, Cacequi, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel, Santana do Livramento, Rio Grande, Arroio Grande, Camaquã, Pelotas, Encruzilhada do Sul, Jaguarão, Pedro Osório, Piratini, Canguçu, São Lourenço do Sul, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, outros municípios limítrofes ou que venham a ser criados na Região supra abrangida, ou, ainda, em qualquer parte do Território Nacional, desde que atenda a interesses do Quadro Social.

d) O prazo de duração é indeterminado e o exercício social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º — A Cooperativa tem por objetivo congregar os agricultores e pecuaristas de sua área de ação, promovendo a mais ampla defesa de seus interesses econômicos, podendo, para tanto, comprar em comum bens necessários à sua produção e subsistência, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar, comercializar e exportar a sua produção, bem como operar com terceiros, dentro dos limites e condições estabelecidos em Lei.

Art. 3º — Para atingir os objetivos sociais a que se propõe, a Cooperativa manterá a seguinte estrutura: Física e Operacional.

Par. 1º — FÍSICA

a) ÁREA DE AÇÃO:

Considera-se como área de ação a extensão geográfica formada pelos municípios referidos no artigo 1º.

b) Entende-se por Regional o conjunto de unidades Recebedoras, Processadoras e Abastecedoras, com as funções de administrar, controlar e supervisionar as atividades operacionais ali desenvolvidas, e representada, no mínimo, por uma Superintendência.

c) UNIDADE RECEBEDORA:

É o local de jurisdição da conta-corrente do Associado;

d) POSTO DE RECEBIMENTO:

É o local onde o Associado entrega o seu produto, porém, sem acerto de conta-corrente, o que é feito na Unidade Recebedora.

Par. 2º — OPERACIONAL

I) DEPARTAMENTO AGRÍCOLA: Beneficiamento e venda em comum de produtos agrícolas;

II) DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL: Beneficiamento e venda em comum de produção de origem animal; e venda de produção animal.

III) DEPARTAMENTO DE CONSUMO E COMPRAS EM COMUM: a) Consumo: Fornecimento aos Associados de bens e de uso doméstico; b) Compas em Comum: Fornecimento aos Associados de: animais, plantas, mudas, sementes, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, máquinas e implementos agrícolas, instrumentos, matérias-primas e produtos industrializados, destinados à lavoura e à pecuária ou abastecimento das propriedades agro-pastoris;

IV) DEPARTAMENTO PORTUÁRIO: Proceder à exportação da produção agrícola e industrial da Cooperativa, podendo, para tanto, executar a estivagem a bordo, bem como todas as operações correlatas, e prestar serviços a terceiros sempre que ocorrer ociosidade operacional em seu Terminal Marítimo no Superporto de Rio Grande;

V) DEPARTAMENTO INDUSTRIAL: Industrialização de produtos agropecuários dos Associados;

VI) DEPARTAMENTO ASSISTENCIAL: a) Jurídico: para assistência aos seus Associados, quando do interesse coletivo; b) Securitário: para defesa do Associado e da segurança de seu patrimônio; c) Assistência Social: mediante convênios com os Poderes Públicos e/ou particulares.

VII) DEPARTAMENTO AGRO-TÉCNICO: a) para assistência técnica aos Associados; b) realizar, sob sua orientação, desinfestação e expurgo de cereais, outros grãos, produtos e instalações.

VIII) UNIDADES E POSTOS REGIONAIS: Tendo em vista a extensão da área de ação e o número de Associados, a Cooperativa criará unidades ou postos regionais de atividades sócio-econômicas em todas as localidades onde se verificarem grupos populacionais de Associados, objetivando um contato mais direto com os mesmos;

IX) DEPARTAMENTO DE CRÉDITO: Para financiamento aos Associados, através de repasses bancários;

X) DEPARTAMENTO DE ARMAZENAGEM: A Cooperativa registrar-se-á como Armazém Geral, operando como armazéns próprios ou arrendados e expedindo "Conhecimentos de Depósitos" e "Warrants" para os produtos de seus Associados, que forem depositados e conservados em seus armazéns, nos termos da legislação aplicável;

XI — DEPARTAMENTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA: Executar programas de colonização, de conformidade com dire-

trizes gerais ou específicas emanadas da legislação ou dispositivos regulamentares vigentes;

XII) A Cooperativa poderá criar subsidiárias ou participar em outras sociedades não Cooperativas de modo a complementar suas atividades.

Par. 3º — A Cooperativa poderá filiar-se a órgãos de classe e/ou federações representativas de suas atividades sociais.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SUA ADMISSÃO, SEUS DIREITOS, SUAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 4º — Poderão associar-se à Cooperativa os agricultores e pecuaristas de sua área de ação que, tendo livre disposição de sua pessoa e bens, concordem com o presente Estatuto e não se dediquem a atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.

Par. 1º — Poderão ainda associar-se à Cooperativa, as pessoas jurídicas de direito civil que, satisfeitas as condições deste artigo, se enquadrarem nos objetivos da Cooperativa.

Par. 2º — Também poderão associar-se as pessoas jurídicas de direito civil, sem finalidade de lucro, que se dediquem a atividades beneficentes e os sindicatos, não tendo, porém, direito a voto e retorno.

Art. 5º — O número de Associados será limitado quanto ao máximo, não podendo, entretanto, ser inferior a 20 (vinte).

Art. 6º — Para associar-se o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pela Cooperativa, assinando-a juntamente com dois Associados proponentes.

Par. 1º — Aceita a proposta pelo Conselho de Administração, o ingresso no quadro social se efetua com as assinaturas do Presidente da Cooperativa e do candidato nos registros próprios.

Par. 2º — Uma vez admitido o Associado, a Cooperativa emitirá e fornecerá a devida Carteira de Identidade Social.

Art. 7º — Satisfeitos os requisitos regulados pelo artigo anterior e pelo artigo 20 deste Estatuto, o Associado adquire os direitos e obrigações decorrentes de Lei, deste Estatuto e deliberações de Assembléias Gerais.

Art. 8º — São direitos dos Associados:

a) Participar de todas as atividades que constituam o objetivo da Cooperativa, com ela operando em todos os setores;

b) Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;

c) Votar e ser votado para os cargos sociais, exceto nos casos previstos neste Estatuto;

d) Propor ao Conselho de Administração e às Assembléias Gerais medidas que julgar convenientes ao interesse social;

e) Solicitar esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa;

f) Pedir demissão;

g) Participar das Sobras da

exercício, na proporção das partes que realizou, salvo outras deliberações da Assembléia Geral.

Art. 9º — São deveres dos associados:

a) Subscriver e integralizar as cotas-partes do capital nos termos do presente Estatuto e contribuir com o serviço e encargos operacionais estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) Entregar toda sua produção agropecuária à Cooperativa, bem como ela as demais operações que constituem seus objetivos econômicos;

c) Cumprir fielmente as disposições da lei e deste Estatuto, bem como respeitar as deliberações das Assembléias Gerais, pelo Conselho de Administração e, ainda, as constantes do Regulamento Interno.

d) Zelar pelo Patrimônio e material da Cooperativa, bem como os interesses da coletividade e dos interesses individuais;

e) Assistir às Assembléias Gerais;

f) Participar das perdas atualmente apuradas em Balanço, na proporção das operações que realizou com a Cooperativa, se o fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las.

Art. 10 — Fica impedido de votar e ser votado o Associado que:

a) Tenha sido admitido no quadro social depois de convocada a Assembléia Geral;

b) Não tenha entregue sua produção à Cooperativa, nos termos do item b do artigo 9º deste Estatuto;

c) Seja ou tenha sido eleito para a Cooperativa até a Assembleia aprovar as contas do ano social, ou tenha deixado de existir vínculo empregatício.

Art. 11 — O Associado que, de subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa com terceiros até o limite do valor das partes de capital que subscrisse, o montante das perdas que lhe couber proporcional às operações que realizou com a Cooperativa, assumindo essa responsabilidade nos casos para os Associados demitidos, excluídos, até quando aprovadas pela Assembléia Geral, contas do exercício em que se deu retirada.

Par. Único — A responsabilidade do Associado somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida pela Cooperativa.

Art. 12 — As obrigações do associado falecido, contraídas com a sociedade e as oriundas de sua responsabilidade como Associado em favor de terceiros, passam aos herdeiros.

Art. 13 — Os herdeiros do associado falecido têm direito às partes de capital, aos resultados dos créditos pertencentes ao "jus", podendo ficar sub-rogados nos direitos do mesmo, desde que sejam às exigências do artigo 4º do presente Estatuto e também, serem, fazer parte do quadro social da Cooperativa.

MISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 14 — O pedido de demissão do Associado, que não poderá ser requerido ao Presidente, será levado ao Conselho de Administração, em sua primeira reunião.

Art. 15 — Além dos motivos de outros que justifiquem, o Conselho de Administração poderá eliminar o Associado que:

a) Praticar atos que desabonem a Cooperativa;

b) Deixar de exercer, na área de atuação da Cooperativa, a atividade que lhe foi associar-se;

c) Deixar de entregar sua contribuição mensal, nos termos do artigo 9º, deste Estatuto;

d) Venha a exercer atividades em conflito com os interesses da Cooperativa, ou que, de qualquer forma, possa vir a prejudicá-la.

Art. 16 — A decisão do Conselho de Administração constará de termo em documento próprio, assinado pelo Presidente.

Par. 1º — Cópia autêntica do termo de eliminação será remetida ao Associado dentro do prazo máximo de 15 dias, por processo que comunique a data de remessa e de recebimento.

Art. 2º — O Associado eliminado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso para a próxima Assembleia Geral.

Art. 17 — A responsabilidade do Associado demitido, eliminado e/ou excluído somente termina na data da decisão, pela Assembleia Geral, do ano em que ocorrer a eliminação, exclusão e/ou exclusão.

Art. 18 — O Conselho de Administração excluirá o Associado por:

a) Dissolução ou troca de personalidade da pessoa jurídica;

b) Morte da pessoa física;

c) Incapacidade civil não suprida.

CAPÍTULO IV DO CAPITAL SOCIAL

Art. 19 — O Capital Social da Cooperativa é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, não podendo, porém, ser inferior a Cr\$ 100.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Par. 1º — O Capital Social é dividido em cotas-partes no valor de 40 (quarenta) Bônus do Tesouro Nacional, cada uma, por hectare de terreno e/ou arrendado.

Par. 2º — Em caso de extinção da Cooperativa, ou se o mesmo deixar de exercer a atividade econômica do setor a que se dedica a Cooperativa, o Conselho Administrativo elegerá o liquidador "Ad Referendum", de quem a AGE que se realizar.

Par. 3º — A cota-parte é indivisível e transferível a não Associado, podendo ser negociada de nenhum modo, sem dada em garantia e, todo o pagamento, subscrição, realização, transferência e restituição será em conta individual e específica.

Par. 4º — As cotas partes integrantes poderão ser transferidas entre Associados, parceiros ou não, mediante autorização, por escrito, das homologadas pelo Conselho de Administração.

Art. 20 — Cada Associado, independentemente da área de propriedade arrendada, deverá subscrever, no mínimo, 5 (cinco) cotas-partes ou correspondente a 200 (duzentas)

BTN's, e o máximo de 1.500 (hum mil e quinhentas) cotas partes, ou valor correspondente a 60.000 (sessenta mil) BTN's.

Par. 1º — O Associado poderá integralizar suas cotas-partes de uma só vez, à vista, ou parceladamente, com um mínimo de 10% (dez por cento) no ato da admissão e o saldo no prazo máximo de 05 (cinco) anos, em 10 (dez) parcelas semestrais desde que não inferiores a 100 (cem) BTN's cada uma.

Par. 2º — O capital a integralizar será representado por títulos de crédito específico, notas promissórias, cédulas de crédito e/ou outros, emitidos pelos Associados a favor da Cooperativa, ficando a esta facultado negociar o direito do crédito com terceiros, a fim de levantar, antecipadamente, recursos financeiros para desenvolvimento de suas atividades.

Par. 3º — Capital integralizado e a integralizar sofrerão correções monetárias na forma da legislação vigente.

Art. 21 — Para os Associados inscritos na data da aprovação do presente Estatuto, aplicar-se-á, mediante atualização cadastral, os mesmos critérios estabelecidos nos artigos 19º e 20º deste Estatuto.

Par. 1º — Se o resultado do cálculo indicar subscrição de valor superior ao capital já integralizado, a nova subscrição corresponderá à diferença entre ambos, com prazo de integralização em 10 (dez) parcelas semestrais, desde que não inferiores a 100 (cem) BTN's cada uma.

Par. 2º — Se o resultado indicar valor integralizado igual ou superior à nova subscrição, cessam as integralizações.

Art. 22 — Em caso de necessidade de novos investimentos, poderá o Conselho de Administração propor ao corpo associativo chamadas especiais de capital, podendo estas serem de caráter geral ou específico.

Art. 23 — A restituição do capital, que ocorrerá exclusivamente, por demissão, eliminação ou exclusão, será sempre feita após a aprovação do Balanço do ano em que o Associado deixou de fazer parte da Cooperativa, sendo a primeira parcela, até o valor de 100 (cem) BTN's, de imediato, e o saldo em 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, desde que não inferiores a 100 (cem) BTN's cada uma.

Par. 1º — Se o capital integralizado, já devidamente corrigido na data de restituição, for de valor igual ou inferior a 100 (cem) BTN's, a restituição será feita em parcela única.

Par. 2º — Em caso de exclusão por morte da pessoa física, o capital será restituído aos herdeiros mediante apresentação, por estes, do atestado de óbito e alvará judicial autorizando o levantamento, ou poderá ser transferido aos sucessores desde que haja concordância das partes.

Par. 3º — Nos casos estabelecidos nas letras "a" e "c" do artigo 18º o Capital integralizado será restituído na forma do "caput" deste artigo e parágrafo 1º.

Par. 4º — Ocorrendo demissão, eliminação ou exclusão de Associados em número tal que a devolução de capital possa afetar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá efetuar-la em parcelas semestrais, em prazo igual ao de sua integralização.

Par. 5º — O associado demitido somente poderá reingressar no quadro social, ressalvados os impedimentos legais ou estatutários, desde que realize nas mesmas condições e prazo, o capital que recebeu da Cooperativa ao deixar de ser Associado.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

São órgãos de administração e fiscalização da Cooperativa:

Art. 24 — A Cooperativa será administrada pelos seguintes órgãos:

1. Assembleia Geral;
2. Conselho de Administração;
3. Conselho Fiscal.

Art. 25 — Assembleia Geral dos Associados é o órgão supremo da entidade, dentro dos limites legais e do Estatuto, tendo poderes para tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas deliberações vinculam a todos ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 26 — Os associados serão representados nas Assembleias Gerais por um Conselho de Representantes composto por associados eleitos diretamente, na proporção de 01 (um) por cada grupo de 150 (cento e cinquenta) cooperados com direito a voto.

Par. 1º — Cada Unidade Recebedora de produtos poderá eleger, no mínimo, um Representante.

Par. 2º — Entende-se por Unidade Recebedora o local de jurisdição da conta-corrente do Associado.

Art. 27 — Os Representantes eleitos terão suas atribuições definidas em Regimento Interno, e deverão reunir-se, no mínimo, uma vez por ano.

Par. Único — A eleição se procederá por voto secreto, de acordo com as normas e o regulamento eleitoral aprovado pelos Associados em Assembleia Geral, constantes do Regimento Interno.

Art. 28 — As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente, sendo por ele presididas.

Par. 1º — 20% (vinte por cento) dos Associados em condição de votar, podem requerer ao Presidente a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, justificando sua motivação, e em caso de recusa convocá-la eles próprios, escolhendo um Presidente "ad hoc".

Par. 2º — O Conselho Fiscal poderá convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 29 — Em quaisquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação e de 01 (uma) hora para a segunda e 01 (uma) hora para a terceira.

Par. Único — As três convocações, poderão ser feitas num único edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 30 — O não comparecimento dos Associados que por 03 (três) vezes consecutivas tome impossível a instalação da Assembleia Geral, apesar de regularmente convocada em prazos que guardem intervalos nunca inferiores a 08 (oito) dias, entre cada série de 03 (três) convocações estabelecidas em editais distintos, presume a intenção de dissolver a entidade.

Art. 31 — Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:

1 — A denominação da Cooperativa, seguida pela expressão "Convocação de Assembleia Geral" Ordinária ou Extraordinária;

2 — O dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como o local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;

3 — A seqüência numérica da convocação;

4 — A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;

5 — O número de Associados existentes, na data da expedição do edital, para efeito de cálculo do "Quo-

rum" da instalação;

6 — Data e assinatura do responsável pela convocação.

Par. 1º — No caso da convocação ser feita de acordo com o Par. 1º do artigo 26, o edital será assinado, no mínimo, pelos 05 (cinco) primeiros signatários do documento que a solicitou.

Par. 2º — Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das principais dependências da Cooperativa, publicados através de jornais de grande circulação local e de outros meios de comunicação.

Art. 32 — O "Quorum" mínimo para a instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

1 — Dois terços (2/3) dos Representantes eleitos em condições de votar, na primeira convocação;

2 — Metade mais um, na segunda convocação;

3 — Mínimo de um terço (1/3) na terceira convocação, salvo quando a convocação for feita nos termos do Par. 1º (parágrafo primeiro) do artigo 26, em que só poderá funcionar com a presença de, no mínimo, a totalidade dos responsáveis pela convocação.

Par. Único — O número de Associados presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas constantes no Livro de Presença.

Art. 33 — Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado por um Secretário.

Par. Único — Nas Assembleias Gerais que não forem convocadas pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por Associado escolhido na ocasião e secretariados por outro Associado, convidado pelo primeiro.

Art. 4º — Os ocupantes de cargos sociais, bem como os associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais: os de prestação de contas do exercício em que encerram seu mandato mas não ficam privados de tomar parte dos debates correspondentes.

Art. 35 — Os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não poderão dirigir os trabalhos, quando a Assembleia estiver deliberando sobre o relatório e as contas da gestão em que houverem exercido seus mandatos, devendo o Plenário escolher entre os Associados presentes, um Presidente para dirigir os trabalhos no interregno, retornando a direção ao Presidente da Cooperativa, uma vez terminado o impedimento.

Par. Único — Transmitida a direção dos trabalhos, o titular e demais membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, deixarão a mesa permanecendo no recinto à disposição da Assembleia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

Art. 36 — As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do Edital de Convocação e os que com ele tiverem direta e imediata relação.

Par. 1º — Habitualmente, a votação será simbólica, mas a Assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se, então, as normas usuais.

Par. 2º — O que ocorrer na Assembleia deverá constar da Ata circunstanciada, lavrada no livro próprio das Atas das Assembleias Gerais, lida, aprovada e assinada ao final do trabalho pelos componentes da mesa, por uma comissão de 10 (dez) associados designada em plenário e pelos demais que o queiram fazer.

Par. 3º — As decisões das Assembleias serão tomadas pelo voto pessoal dos Representantes presentes, sendo vedada representação por procuração.

Par. 4º — As votações que dizem respeito à eleição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão sempre por escrutínio secreto. No caso de empate, considerar-se-á eleito o Associado de matrícula mais antiga.

Par. 5º — Nas eleições para o preenchimento dos cargos do Conselho de Administração só poderão concorrer chapas que forem registradas na Secretaria da Cooperativa, no mínimo cinco (05) dias antes da data da Assembleia Geral por solicitação de número não inferior a quinze (15) Associados, em pleno gozo de seus direitos, cumprindo à Administração afixar as chapas registradas em local visível.

Par. 6º — As chapas correspondentes à eleição deverão ser acompanhadas de declaração de seus componentes de, se eleitos, assumirem e exercerem os respectivos cargos.

Art. 37 — A Assembleia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, dentro de noventa (90) dias, do encerramento do exercício, cabendo-lhe especialmente:

a) Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior compreendendo o Relatório de gestão, as Demonstrações Financeiras e o Parecer do Conselho Fiscal.

b) Dar destino às sobras ou repartir as perdas.

c) Eleger, reeleger ou destituir ocupantes de cargos sociais.

d) Fixar os honorários, gratificações e cédulas de presença dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e dos Representantes.

Art. 38 — As Assembleias Gerais Ordinárias serão formadas pelos Representantes eleitos, que decidirão sobre todos os assuntos, exceto:

a) Eleição do Conselho de Administração;

b) Quando concomitante, eleição do Conselho Fiscal.

Art. 39 — Nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" do artigo 38, as Assembleias terão a sua duração por um período em cujo prazo ocorrerá a votação, apuração e posse dos eleitos.

Par. 1º — Nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" do artigo 38, o voto será direto e pessoal.

Par. 2º — As eleições dos componentes dos órgãos de administração e fiscal, ocorrerão após esgotados todos os assuntos de interesse social, mencionados no edital de convocação da Assembleia Geral.

Art. 40 — A aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Conselho de Administração desonera seus integrantes de responsabilidade para com a Cooperativa, salvo no caso de erro, dolo ou fraude.

Art. 41 — As Assembleias Extraordinárias serão formadas pelos Representantes eleitos, os quais decidirão sobre todos os assuntos constantes da Ordem do Dia, exceto:

a) Fusão, incorporação ou desmembramento.

b) Mudança de objetivos.

c) Dissolução voluntária da sociedade.

Par. 1º — Nas hipóteses constantes das letras "a", "b" e "c" deste artigo, a Assembleia se processará nos moldes da Assembleia Geral Ordinária constante do artigo 39 e seus parágrafos e, todos os Associados aptos, votarão de forma a aprovar ou reprová-los as questões formuladas pelo Conselho de Administração.

Par. 2º — É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

a) Reforma do Estatuto.

b) Fusão, incorporação ou desmembramento.

c) Mudança de objetivos.

d) Dissolução voluntária da Cooperativa.

e) Nomeação de liquidantes.

f) Deliberação sobre as contas dos liquidantes.

Par. 3º — São necessárias, atendido o que se dispõe no artigo 36, Par. 3º, os votos de 2/3 (dois terços) dos votantes presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

Art. 42 — Os demais associados, não Representantes, terão voz em qualquer das Assembleias, porém sem direito a voto, salvo nos casos das letras "a" e "b" do artigo 38 ou das letras "a", "b" e "c" do artigo 41.

Art. 43 — É da competência das Assembleias Gerais, quer Ordinárias, quer Extraordinárias, a destituição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em face de causa que a justifique.

Par. Único — Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembleia designar administradores e conselheiros provisórios até a posse de novos, para cuja eleição haverá o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES REPRESENTANTES

Art. 44 — A Cooperativa fará realizar por convocação do Conselho de Administração, a cada 03 (três) anos, eleições de Representantes em toda a sua área de ação.

Art. 45 — Somente poderão votar e ser votados os Associados que tenham entregue sua produção à Cooperativa no último exercício anterior ao das eleições, nos termos do item b, artigo 9º, deste Estatuto.

Art. 46 — Cada matrícula terá direito a um único voto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Art. 47 — O Conselho de Administração será eleito por voto secreto, direto e pessoal, por Associado em pleno gozo de seus direitos estatutários, conforme artigo 45º.

Par. Único — Em cada período deverá ser renovado, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração.

Art. 48 — A (s) chapa (s) deverá (ão) ser (em) inscrita (s) na Secretaria da Cooperativa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da realização das eleições, subscrita por um mínimo de 15 (quinze) Associados no gozo de seus direitos, conforme definição do artigo 45º.

Art. 49 — A (s) chapa (s) para concorrer (em) ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal deverá (ão) ser composta (s) por Associados no pleno gozo de seus direitos estatutários, conforme artigo 45º.

Art. 50 — Em caso de chapa única para eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, somados os votos em brancos e nulos, estes atingirem a mais de 50% (cinquenta por cento) do número de votos, a eleição será nula, cabendo aos Representantes a elaboração de nova (s) chapa (s), para nova eleição.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 51 — A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto por 15 (quinze) membros, todos Associados, com cargos de Presidente, Vice-Presidente, 2 (dois) Superintendentes e 11 (onze) Conselheiros, correspondendo aos últi-

mos igual número de suplentes, uns e outros eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 03 (três) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período de mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus componentes.

Par. 1º — Os componentes do Conselho de Administração não poderão ter entre si laços de parentesco até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Par. 2º — O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

1 — Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.

2 — Delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

3 — As deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas ao final dos trabalhos pelos Conselheiros presentes.

Art. 52 — Nos impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, o Vice-Presidente por um Superintendente, e este por um Conselheiro indicado em reunião do próprio Conselho.

Par. 1º — Nos impedimentos do Presidente, superiores a 90 (noventa) dias, ou se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do Conselho, deverá o Presidente ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga, convocar a Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos.

Par. 2º — O substituto exercerá o cargo somente até o final do mandato do seu antecessor.

Par. 3º — Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho que, sem justificativa, faltar 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas em 06 (seis) intercaladas.

Art. 53 — Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, e atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral:

a) Regularizar as operações e serviços da Cooperativa.

b) Elaborar ou reformular o Regimento Interno.

c) Deliberar sobre as despesas da administração.

d) Deliberar sobre a admissão, eliminação e exclusão dos Associados.

e) Deliberar sobre a convocação das Assembleias Gerais.

f) Fixar critérios para liberação de verbas, empréstimos e/ou adiantamentos a Associados em geral, por conta de produção entregue e/ou a entregar; quaisquer liberações de créditos fora dos critérios fixados deverão ser obrigatoriamente, homologados pelo Conselho de Administração.

g) Avaliar a conveniência ou não de fazer o seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores, fixando os limites.

h) Examinar os balancetes mensais e o estado econômico e financeiro da Cooperativa.

i) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral.

j) Fixar o limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa.

k) Regularizar e tarifar os serviços de armazém geral.

l) Informar ao Conselho de Representantes todas as ocorrências de relevância que envolvam a Administração da Cooperativa.

Art. 54 — Agora as atribuições especificadas no artigo anterior do Conselho de Administração, de poderes para resolver a gestão, inclusive transações, obrigações, alienar e empenhar direitos, com exceção do que se refere à letra "i" do artigo anterior, como, realizar a contratação de operações de financiamento com oficiais e/ou privados, com ou sem fomento, ou quaisquer outros belecimentos de crédito.

Par. 1º — Para a efetivação dos financiamentos citados neste artigo, o Conselho investido de poderes para assinar propostas, Cédulas Rurais Pignoratícias, Crédito Rural, Contratos de Crédito, menções aditivas de retificação ou ratificação de dulas, notas ou contratos de elevação de crédito, reforço de garantia ou remissão de garantia.

Par. 2º — A entrega de garantia do Associado à Cooperativa no caso de depósito no armazém significa a outorga de ampliação para sua livre disposição, inclusive a gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas por ela.

Art. 55 — A execução das deliberações do Conselho de Administração compete:

a) Ao Presidente.

b) Ao Vice-Presidente.

c) Aos Superintendentes.

Art. 56 — Compete ao Conselho de Administração, além de outras, as seguintes atribuições:

a) Representar a Cooperativa em todos os atos que estabeleçam relações jurídicas.

b) Convocar, ordinariamente, depois de autorização do Conselho de Administração, as Assembleias Gerais.

c) Presidir as Assembleias e reuniões do Conselho de Administração.

d) Definir, em comum acordo com o Vice-Presidente e Superintendentes, a política geral de gestão da Cooperativa.

e) Fiscalizar, em geral, os serviços da Cooperativa.

f) Assinar, com o Vice-Presidente ou Superintendente, os documentos de procuração e quaisquer documentos que se refiram à Cooperativa.

g) Elaborar o Relatório de Gestão que deve ser apresentado à Assembleia Geral.

Art. 57 — Ao Vice-Presidente, além de outras, cabem as seguintes atribuições:

a) Coordenar e supervisionar a execução dos serviços operacionais: Recebimento, Armazenagem, Comercialização, Industrialização e Comercialização de produtos da Cooperativa.

b) Coordenar e supervisionar a execução da política de Comércio Abastecimento e de Prestação de serviços em geral da Cooperativa.

c) Organizar e orientar os serviços internos e de administração.

d) Supervisionar a execução da contabilidade e responsabilizar-se pelos pagamentos, recebimentos, guardados valores, títulos, documentos e outros inerentes.

Art. 58 — Aos Superintendentes, além de outras, cabem as seguintes atribuições:

a) Assessorar ao Presidente e ao Vice-Presidente na organização e execução dos serviços internos e de prestação Regional.

b) Coordenar e executar a política de administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos da respectiva Regional.

ordenar as atividades polí-
ticas desenvolvidas pela
Regional junto aos seus As-
sociados.

ordenar a execução dos
trabalhos de assistência técnica e social
da Regional.

Par. 2º — O Presidente, Vice-
Presidente e Superintendentes terão os
atributos fixados pela Assembléia

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 60 — O Conselho Fiscal é
composto por 03 (três) membros efe-
tivos e 03 (três) suplentes, qualquer
deles substituirá qualquer daque-
les Associados eleitos pela As-
sembléia Geral para um mandato de 1
ano, sendo permitida a reeleição,
sendo o imediato de apenas 1/3
do tempo de seus integrantes.

Par. Único — Os membros do
Conselho Fiscal não poderão ter entre
si membros do Conselho de Ad-
ministração nem com o gerente(s) ou
gerente(s), laços de parentesco até o
3º grau, em linha reta ou co-

Art. 61 — O Conselho Fiscal
ordinariamente, uma vez por
ano, extraordinariamente sempre que
necessário, com a participação de 3
de seus membros.

Par. 1º — Em sua primeira reu-
nião, estabelecerá entre os seus membros
um secretário e um coordena-
dor incumbido de convocar e diri-
gir os trabalhos das reuniões.

Par. 2º — As reuniões extraor-
dinárias poderão ser convocadas por
qualquer dos seus membros, por solici-
tação do Conselho de Administração
ou pela Assembléia Geral, ou ainda por
acordo por cento) dos Associados
capazes de votar.

Par. 3º — Na ausência da coor-
denação os trabalhos serão dirigidos
pelo membro escolhido na ocasião.

Par. 4º — As deliberações serão
tomadas por maioria simples de votos,
devendo a representação e constarão de
ata, lavrada em livro próprio, lida,
lida e assinada ao final dos traba-
lhos de cada reunião, pelos (três) Con-
sultores presentes.

Art. 62 — Os membros efetivos
do Conselho Fiscal em caso de renú-
ncia, falecimento ou per-
da do mandato, serão substituídos pe-
los suplentes e, no caso de ainda
não permanecer o Conselho Fis-
cal, os (três) membros em exercício,
deverão convocar a Assembléia Ge-
ral para preencher as vagas.

Art. 63 — Compete ao Conse-
lho Fiscal exercer assídua e minuciosa
vigilância sobre a Administração da
Cooperativa, cabendo-lhe, entre ou-
tras seguintes atribuições:

a) Conferir, mensalmente, o
saldo do numerário, existente em cai-
ta, verificando também se o mesmo es-
tá dentro dos limites estabelecidos pelo
Conselho de Administração;

b) Verificar se os extratos ban-
cários conferem com a escrituração da
Cooperativa;

c) Investigar eventuais recla-
mações dos Associados sobre serviços
prestados;

d) Intear-se se o recebimento
dos créditos é feito com regularidade e
se os compromissos são atendidos com
regularidade;

e) Certificar-se se existem exi-
gências ou deveres a cumprir junto à
tribunais fiscais, trabalhistas ou ad-
ministrativos, bem assim quanto aos
deveres do Cooperativismo;

f) Verificar se os estoques de
mercadorias estão em boa

guarda e se suas quantidades e valores
registrados estão corretos, bem como
se os inventários periódicos ou anuais
são feitos com observância de regras
próprias;

g) Examinar os balancetes e ou-
tros demonstrativos mensais, o balanço
e o relatório anual do Conselho de Ad-
ministração, emitindo parecer sobre os
últimos para a Assembléia Geral;

h) Informar ao Conselho de Ad-
ministração sobre as conclusões de
seus trabalhos, denunciando a este as
irregularidades constatadas e, se não
sanadas em tempo hábil e ocorrendo
motivos graves e urgentes, convocar a
Assembléia Geral Extraordinária, le-
vando ao conhecimento das autorida-
des competentes, se a natureza das ir-
regularidades assim o aconselhar.

Par. Único — Para os exames e
verificações dos livros, contas e docu-
mentos necessários ao cumprimento de
suas atribuições, poderá o Conselho
Fiscal contratar o assessoramento de
técnicos especializados e valer-se dos
relatórios e informações dos serviços
de auditoria.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 64 — Fica criado um órgão
denominado Conselho Consultivo, sem
poder decisório, integrado por um nú-
mero não limitado de membros.

Par. Único — Os integrantes do
Conselho Consultivo serão sempre in-
dicados e convidados pelo Conselho de
Administração.

Art. 65 — A escolha deverá re-
cair sempre sobre pessoas que se desti-
quem por seu conhecimento, saber, repu-
tação e descortínio no mundo dos ne-
gócios.

Art. 66 — O Conselho Consul-
tivo terá atribuição fundamental de,
quando solicitado, sugerir, recomendar
e emitir pareceres sobre assuntos de re-
levante interesse da Cooperativa.

Art. 67 — Os membros do Con-
selho Consultivo terão seu mandato
coincidente com o do Conselho de Ad-
ministração que os indicou.

CAPÍTULO X DO BALANÇO, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 68 — O Balanço Geral, in-
cluindo o confronto de receitas e des-
pesas será levantado no último dia útil
de dezembro de cada ano.

Par. Único — Os resultados de-
verão ser apurados separadamente, se-
gundo a natureza das operações ou ser-
viços.

Art. 69 — Das sobras verifica-
das nas operações com Associados se-
rão deduzidas as seguintes taxas:

a) Vinte por cento (20%) para o
FUNDO DE RESERVA;

b) Trinta por cento (30%) para
o FUNDO DE ASSISTÊNCIA, EDU-
CACIONAL E SOCIAL.

Par. 1º — As sobras líquidas
apuradas na forma deste artigo, dedu-
zido o valor de eventuais gratificações
aos componentes dos órgãos de admi-
nistração e empregados, se assim de-
terminar a Assembléia Geral Ordinária,
serão distribuídas aos Associados na
proporção das operações que houverem
realizado com a Cooperativa, após a
aprovação do balanço, salvo destina-
ção diversa.

Par. 2º — As perdas verificadas
que não tenham cobertura do Fundo de
Reserva, serão rateadas entre os Asso-
ciados após a aprovação do balanço pe-
la Assembléia Geral Ordinária, na pro-

porção das operações que houverem
realizado com a Cooperativa.

Par. 3º — Comporão, ainda, o
Fundo de Reserva as Sobras Líquidas
apuradas nas operações com não Asso-
ciados e as Sobras Líquidas de resulta-
dos positivos das empresas Coligadas.

Art. 70 — O Fundo de reserva
destina-se a reparar eventuais perdas
de qualquer natureza que a Cooperati-
va venha a sofrer, sendo indivisível en-
tre os Associados — mesmo no caso de
dissolução e liquidação da Cooperativa
— hipótese em que será dada a destina-
ção expressa em Lei.

Art. 71 — O Fundo de Assistên-
cia Técnica, Educacional e Social des-
tina-se a prestar assistência aos Asso-
ciados e seus familiares, bem como aos
empregados da Cooperativa, podendo
os respectivos recursos serem aplica-
dos mediante convênios com entidades
públicas ou privadas.

Par. Único — O Fundo de As-
sistência Técnica Educacional e Social
é indivisível entre os Associados mes-
mo no caso de dissolução e liquidação
da Cooperativa — hipótese em que lhe
será dada destinação legal.

CAPÍTULO XI DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDÇÃO

Art. 72 — A dissolução da Co-
operativa dar-se-á:

a) Por deliberação espontânea
dos Associados manifestada em As-
sembléia Geral-Extraordinária, espe-
cialmente convocada;

b) Quando a Cooperativa não
contar com número mínimo de 20 (vin-
te) Associados, previsto em Lei ou pe-
la redução do capital social mínimo;

c) Em caso de insolvência;
d) Por determinação judicial;
e) Em virtude de alteração de
sua forma jurídica.

Art. 73 — Determinada a liqui-
dação da Cooperativa pela Assembléia
Geral Extraordinária, esta nomeará um
ou mais liquidantes, no máximo 03
(três), elegendo igualmente um Conse-
lho Fiscal, composto de 03 (três) mem-
bros e 03 (três) suplentes.

CAPÍTULO XII SERÃO OBRIGAÇÕES DOS LIQUIDANTES

Art. 74 — Os liquidantes terão
o prazo de 15 (quinze) dias, contados
da data de sua nomeação, para dar iní-
cio à liquidação da Cooperativa, de-
vendo:

a) Proceder ao arquivamento no
órgão competente, da Ata da Assem-
bléia Geral em que foi resolvida a liqui-
dação;

b) Comunicar ao (s) órgão (s)
normativo (s) sua nomeação e os fatos
que a determinaram, fornecendo cópia
da Ata da Assembléia Geral;

c) Arrecadar os bens, livros e
documentos da sociedade, onde quer
que estejam;

d) Convocar os credores e de-
vedores, promovendo o levantamento
dos créditos e débitos da sociedade;

e) Proceder ao levantamento do
inventário e do balanço do Ativo e Pas-
sivo;

f) Realizar o Ativo social para
saldar o passivo e reembolsar os Asso-
ciados de suas cotas-partes destinando
o remanescente, inclusive os fundos in-
divisíveis;

g) Exigir dos Associados a inte-
gralização das cotas-partes de capital

social não integralizadas, quando o
Ativo não bastar para a solução do Pas-
sivo;

h) Convocar a Assembléia Ge-
ral cada 6 (seis) meses ou sempre que
for necessário para apresentação das
contas e resultados decorrentes da li-
quidação;

i) Apresentar à Assembléia Ge-
ral, no fim da liquidação o respectivo
relatório e as contas finais;

j) Averbar, no órgão competen-
te, a Ata da Assembléia Geral que con-
siderou encerrada a liquidação.

Par. 1º — As obrigações e res-
ponsabilidades dos liquidantes regem-
se pelos preceitos peculiares aos dos
administradores da sociedade liquidan-
da.

Par. 2º — Compete aos liqui-
dantes representar a sociedade e prati-
car todos os atos necessários à sua li-
quidação em Juízo ou fora dele.

Art. 75 — A Assembléia Geral
poderá em qualquer tempo, destituir os
liquidantes e os membros do Conselho
Fiscal, nomeados e eleitos para o fim
específico de liquidação da sociedade.

Art. 76 — O Associado discor-
dante tem o prazo de 30 (trinta) dias, a
contar da publicação da Ata da Assem-
bléia Geral que aprovou a liquidação e
conseqüente encerramento das ativida-
des da Cooperativa, para promover a
ação que couber.

Art. 77 — A liquidação extraju-
dicial, em geral precedida de interven-
ção, deverá basear-se, principalmente,
na insolvência da sociedade e será pre-
cedida pelo órgão Normativo, dentro
dos princípios fundamentais estabele-
cidos em Lei.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 78 — O mandato dos ocu-
pantes dos cargos de Administração e
Fiscal perdura até a data da realização
da Assembléia Geral Ordinária que cor-
responde ao ano social em que tais
mandatos se findam.

Art. 79 — Nos termos da pre-
sente reforma estatutária, os atuais Re-
presentantes Eleitos terão seu mandato
vigente até 1.992.

Art. 80 — Poderá o Conselho de
Administração criar comitês especiais
transitórios ou não, para estudar, pla-
nejear e coordenar a solução de questões
específicas, relativas ao funcionamen-
to da Cooperativa.

Art. 81 — As regras estabeleci-
das no artigo 21 deste Estatuto surtirão
os efeitos legais a partir de 10 de janei-
ro de 1991, desde que o Associado te-
nha atualizado seu cadastro junto à
Cooperativa.

Art. 82 — A falta de atualiza-
ção do cadastro do Associado junto à
Cooperativa, implicará em retenção
automática, a título de capitalização,
de até 5% (cinco por cento) do valor de
sua produção entregue para comerciali-
zação; este percentual será definido,
anualmente, pelo Conselho de Admi-
nistração.

Art. 83 — Os casos omissos no
presente Estatuto serão resolvidos de
acordo com a legislação em vigor, ou-
vidos, se necessário, os órgãos oficiais
competentes.

Art. 84 — O presente Estatuto,
que passa a reger a sociedade, consoli-
da as reformas parciais aprovadas nas
respectivas Assembléias Gerais Ex-
traordinárias realizadas em 23.01.65,
15.10.68, 27.03.71, 25.11.72,
18.04.74, 12.05.76, 28.05.80,
26.03.82, 24.09.82, 28.09.84 e
22.02.85, e surtirá efeito legal a partir
da data da publicação de seu registro
na Junta Comercial.

Hortigranjeiros sem entressafra

A plasticultura está significando a grande revolução na produção de hortigranjeiros no município de Dom Pedrito

A cidade de Dom Pedrito já pode consumir produtos de uma horticultura moderna, sem nenhum vestígio de agrotóxico e com garantia de abastecimento independente de condições climáticas adversas. Tomate, alface, pimentão, pepino, melão, beringela, abobrinha, moranginho e outras culturas das espécies folhosas, estão saindo, com regularidade, do espaço de apenas um hectare da propriedade de Lauro Wrasse, localizada a 10 quilômetros da cidade.

O processo é o de estufa em plasticultura, em dois tipos. O de galpão, modelo capela, e o "túnel", mais fácil de manejar e prático para culturas de baixo porte e cultivadas em linha. As vantagens são muitas. Além da regularidade no ciclo das plantas, o processo estufa oportuniza cultivo e colheita fora de época normal, proporcionando melhores preços ao

produtor.

O produtor Lauro Wrasse foi um dos beneficiados do Programa de Micro-Açudes do governo do Estado, que é destinado a pequenas lavouros e hortigranjeiros. Com o auxílio apenas da mulher e de um filho menor - "que dá uma mão quando não está na escola" - Lauro está obtendo muito bom resultado, apesar do projeto ainda estar na fase de implantação.

NÃO HÁ ENTRESSAFRA - No dia que a reportagem do Cotrijornal esteve na propriedade, o seu Lauro estava entregando produtos na cidade (ele eliminou o intermediário). Sua mulher, Karen, e o técnico da Emater, Edison Salvadé, deram as explicações.

Para o técnico da Emater a grande saída para o setor de hortigranjeiros no Rio Grande do Sul, devido a instabilidade do clima, com a

ocorrência frequente de chuvas com vento e queda de granizo, é o uso da plasticultura. A Emater vem prestando assistência técnica ao programa e estimulando outros pequenos agricultores a que se dediquem às culturas de hortaliças, cujo mercado, em Dom Pedrito, ainda é quase totalmente abastecido de fora.

Diz Salvadé que cada projeto de horta com proteção de plástico depende de um pequeno açude, pois as culturas são irrigadas. É a irrigação e a proteção das intempéries proporcionada pelo plástico, que garantem a superior qualidade dos alimentos, além da certeza de colheitas regulares.

Nas fotos mostramos os dois modelos de estufa: capela e túnel. O primeiro deles produz alface, e o segundo, uma sementeira de morangos de mesa.



Estufa modelo capela (acima) e o túnel (ao lado). A plasticultura modernizando a produção de hortigranjeiros

Preserve seus

CURACRON controla a Lagarta da Soja e preserva os insetos benéficos que combatem naturalmente as pragas da soja.

CIBA-GEIGY
DIVISÃO AGRÍCOLA



NABIS



PODISUS

REFORMA ADMINISTRATIVA

Ameaça aos "corredores de exportação"

Possibilidade de extinção do Geipot, gera preocupações por parte da Coordenadoria Executiva de Operações de Transporte no Rio Grande do Sul. De acordo com o seu coordenador, a extinção viria a prejudicar a economicidade dos custos obtidos pelo setor.

A segunda etapa da Reforma Administrativa do Governo Collor no setor de transportes está causando preocupação aos coordenadores do Programa Corredor de Exportação no Rio Grande do Sul, hoje denominado Coordenadoria Executiva das Operações de Transporte (CEOT). É que surgiram boatos, vindos de Brasília, de que no enxugamento administrativo do novo Governo, o Geipot seria extinto. O escritório regional sul do Geipot, em Porto Alegre,

é que gerencia e desenvolve o CEOT no Estado.

Segundo o coordenador do CEOT/RS, economista Clóvis de Castro Azevedo e Souza, o trabalho do grupo tem revertido em bons resultados no escoamento da safra agrícola à exportação. Ele aponta que de 1980 a 1990, os navios que passam pelo porto de Rio Grande, reduziram suas médias de espera para dois dias no pico da safra. "Isto só foi possível, alega, a partir de 80, após o amadurecimento

e a experiência do Programa que conseguiu reduzir uma série de custos operacionais".

Nas vantagens do CEOT, órgão que observa o comportamento do setor de transporte objetivando um melhor planejamento, é possível ainda destacar a racionalização operacional e rapidez nas etapas de carga e descarga (embarque e desembarque) da safra agrícola. Clóvis Souza diz que entre o início do Programa e seu

estágio atual, observa-se uma economicidade de custos tanto para os navios de longo curso, como para o sistema de transportes denominado de "alimentador" (caminhões e vagões), em torno de 10 milhões de dólares anuais. Somam-se a este montante, conforme ele, cerca de 20 por cento do valor que são de benefícios indiretos.

CORRIGINDO DISTORÇÕES - Para Hélio Costa Meira Filho, assessor técnico do CEOT/RS, a progra-

mação elaborada por esta Coordenadoria, deve receber os méritos pela correção de tantas distorções. Um exemplo muito lembrado em Rio Grande, são as enormes filas de caminhões que antes se formavam no porto à espera de desembarque dos produtos. Os caminhoneiros exi-



ui a população bovina

mostra que a seca prolongada e abates exagerados reduziram
de cabeças de gado em Dom Pedrito

ainda em plena fase de
fertilidade. O resultado dis-
se que vamos ter uma dimi-
nuição bem acentuada de na-
didade bovina. É a conclu-
são que se pode retirar da
constatação dessa realidade.
**REALIDADE DOS NÚME-
ROS** - A composição dos re-
banhos em Dom Pedrito, na
estatística levantada pela Ins-
petoria Veterinária e Zoo-
técnica, foi mostrada por
parcelas, nas diversas classes
etárias. Em todas elas a esta-
tística demonstrou números
negativos. No entanto, segun-
do ressalta o veterinário
Luiz Antonio, o que mais
preocupa é a redução de ven-
tes, pois é desta classe de
animal que depende a perpe-
cução e expansão de qual-
quer criatório que se preten-
da desenvolver.
**A POPULAÇÃO BOVINA
HOJE** - A constatação do
rebanho bovino em Dom Pe-
drito revelada pela Inspetoria,
é de 390.082 cabeças.

Em 1989 a estatística mostra-
va a existência de 407.079
animais. A redução do reba-
nho, portanto, acusa um de-
créscimo de 4,18%.

Mas o pior, na expecta-
tiva do veterinário Luiz An-
tonio, ainda está para acon-
tecer. Os reflexos, sejam posi-
tivos ou negativos, não são
imediatos em pecuária. Eles
se manifestam após os ciclos
naturais de geração das espé-
cies. É por isso que o futu-
ro está sendo encarado com
pessimismo pelo técnico,
que prevê uma safra pobre
para a pecuária local, nos
próximos dois anos.

**MELHORAMENTO ZOO-
TÉCNICO** - O presidente
do Sindicato Rural de Dom
Pedrito, José Roberto Pires
Weber, concorda com as pre-
ocupações do chefe da Inspe-
toria Veterinária e Zootéc-
nica, pois em pecuária os fru-
tos obedecem ciclos mais lon-
gos para acontecer. No en-
tanto, ele ressalta que o me-

lhoramento zootécnico dos
rebanhos, que é uma flagran-
te realidade em Dom Pedrito,
tende a reduzir os efeitos
negativos da população que
se constata nos campos.

Pires Weber chama a
atenção para o fato de Dom
Pedrito ser hoje um exemplo
de pecuária desenvolvida e
que se iguala aos melhores
criatórios do mundo. Temos
aqui - diz ele - estabelecimen-
tos modelos que nada ficam
a dever em termos zootécni-
cos. Tanto no que se refere
a fertilidade, natalidade, ma-
nejo, rendimento e desfrute,
estamos equiparados ao que
há de mais desenvolvido no
gênero. É claro que não se
pode generalizar, adverte ele.
Porém, na média, estamos
ocupando uma excelente co-
locação.

QUEM É QUEM - São mui-
tos os estabelecimentos que
se projetam em Dom Pedrito,
como hospedeiros de pe-
cuária de leite. Mas a predo-



Luiz Antonio F. Rodrigues
Chefe da Inspetoria Veterinária
e Zootécnica de Dom Pedrito



José Roberto Pires Weber
Presidente do Sindicato Rural

minância é de pecuária rústi-
ca, criada a campo. A fama
de estâncias como Guatam-
bu e Alvorada já atravessa-
ram as fronteiras do país há
muito tempo.

Mas outros pecuaristas
seguem de perto a trajetória
dos Pötter e dos Zart, cujos
campos são povoados de ma-
nadas de Poll-Hereford. Os
Aberdeen Angus, Red An-
gus e os charolezes também
estão evoluindo em alta tec-
nologia zootécnica. Levam
as marcas de Oscar Vicente
e Silva, Ruben Ilgenfritz da
Silva, Leonildo Pötter, Cláu-
dio Bernardi, Otacilio Seve-
ro, Lidio Bastos, Gentil Pos-
sebon, Salvador Forcin e
João Manoel Ataíde, entre
outros.

É por consequência

desse alto nível de qualida-
de que a pecuária pedriten-
se irá se recompor, em segui-
da, minimizando os prejuí-
zos revelados e por razão
da estiagem que assolou a
região por três anos consec-
utivos. Além dessa circunstân-
cia favorável, e que irá se
revelar no equilíbrio desse
setor, existe o apoio sempre
presente na Cotrijuí, que tem
se revelado um esteio na eco-
nomia do município, confor-
me diz o associado Abu Sou-
to Bicca. Sem se revelar in-
teiramente otimista, ele diz
ter confiança que esses fato-
res favoráveis se conjugarão
para fazer com que a Regio-
nal Cotrijuí comece a se re-
cuperar dos revezes impos-
tos pelo clima e por fatores
adversos de mercado e pre-
ços, finalizou.

Amigos naturais.



CALIDA



LEBIA

CURACRON
Para conter o avanço
da Lagarta da Soja.



da safra

minhoneiros.

Por outro lado, Clóvis
Souza afirma que os custos
administrativos do escritório
regional sul do Geipot para
colocar em prática o "Corre-
dor de Exportação" não pas-
sam de cerca de 120 mil dóla-
res anuais, representando
apenas 1,2 por cento dos be-

nefícios computados para o
sistema de transportes envol-
vido.

Mas ele acredita que,
no atual contexto da integra-
ção dos países do Cone Sul,
um outro ponto ainda deva
ser ressaltado. Trata-se das
cargas transoceânicas, cuja
atuação do CEOT/RS na as-
sinatura de protocolos com
os países vizinhos tem sido
marcante. Só para se ter
uma idéia, ano a ano, tem
aumentado o volume de car-
gas argentinas, paraguaias e
uruguaias exportadas pelo
porto-rio-grandino. Clóvis
Souza salienta que os países
envolvidos têm depositado
muita confiança na coordena-
doria do "Corredor de Ex-
portação". "Eles querem tra-
zer mais cargas para o Esta-
do gaúcho, mas em contra-
partida, querem benefícios,
um trabalho que só uma co-
ordenação dos sistemas de
transporte pode realizar".
Além disso, como enfatiza,
a coordenação atual tem
exercido um papel de marke-

ting nos corredores (portos)
onde atuam. "Estão venden-
do o sistema nos países vizi-
nhos", conclui Souza.

**DEMISSÃO DE 66 POR
CENTO** - A intenção do
Governo Federal é reduzir
até 1994, sensivelmente a
sua intervenção no setor de
transporte. Ao anunciar os
planos da Secretaria Nacio-
nal dos Transportes, vincula-
da ao Ministério da Infra-
Estrutura, o titular da pasta,
José Henrique Figueiredo
D'Amorim, lembrou que dos
atuais 115 mil funcionários
da SNT, restarão 40 mil ou
50 mil ao fim do Governo
Collor.

A redução do quadro
de funcionários resultará
de três programas: Reforma
Administrativa, Desregula-
mentação da Ação Governamental e Privatização de Em-
presas Estatais na área de
transportes. Pretende-se que
as primeiras medidas das
três frentes de reformulação
da SNT sejam adotadas até
o final do ano.

Programa surgiu em 74

A portaria interminis-
terial nº 735, de 12 de ago-
sto de 1974, foi quem criou
o "Programa de Corredores
de Exportação" (COREX),
atuando em sete diferentes
regiões ou estados brasilei-
ros, entre eles o Rio Gran-
de do Sul. Hoje demonina-
do de Coordenadoria Execu-
tiva das Operações de Trans-
porte (CEOT), o progra-
ma tem a mesma finalida-
de, porém, sua área de ação
é mais abrangente.

Gerenciado e desen-
volvido pelo GEIPOT (em
vias de ser extinto), com
eficiência coordena, progra-
ma e controla os fluxos e
operações de transporte de
comércio exterior mais sig-
nificativos "do e pelo" Esta-
do. Seus responsáveis afir-
mam que o programa é de
grande valia para o siste-
ma, além de se considerar

o seu baixo custo operacio-
nal, se comparado com o
alto retorno econômico-fi-
nanceiro aos usuários do
setor (veja números na ma-
téria principal).

Clóvis Souza alerta
que as contribuições para
o setor de transportes no
Estado e mais precisamen-
te ao porto de Rio Grande
são significativos, tanto de
ordem operacional como
gerencial e administrativo,
uma vez que minimiza cus-
tos, oferta facilidades e efi-
ciência. Diante da possibili-
dade de extinção do GEI-
POT, ele assegura que é im-
perativa a continuidade des-
ta atividade, na medida
em que se encontram em
pleno andamento planos e
programas de racionaliza-
ção e otimização dos meios
de transporte.



IV JORNADA VETERINÁRIA

A IV Jornada Veterinária, realizada em Ijuí dentro das comemorações do Centenário do Município, não serviu apenas para que os profissionais de área se reciclassem em relação ao que existe de mais moderno em termos de pesquisa em avicultura, ovinocultura, bovinocultura - leite e corte - e suinocultura. A Jornada também serviu para que os quase 200 médicos veterinários presentes ao encontro fizessem uma espécie de "exame de consciência", avaliando a atuação do profissional dentro do atual contexto econômico e político pelo qual passa o País. "O veterinário precisa buscar uma participação mais efetiva dentro do processo de produção, buscando melhorar os índices de produtividade, de desfrute do rebanho, o padrão genético, diminuir os índices de mortalidade entre outros fatores", avalia Gerson Madruga da Silva, presidente da Associação dos Médicos Veterinários Serra/Missões, uma das promotoras de Jornada. Para o Gerson Madruga, a participação mais efetiva do profissional dentro do processo de produção, vai ajudar a resolver muitos dos problemas hoje vivenciados pelo rebanho brasileiro.

Levando-se em consideração a situação econômica da região, onde a pecuária não é realmente a atividade mais importante, Gerson Madruga classifica a IV Jornada, pela amplitude dos debates e participação de produtores, como extremamente importante, "alcançando, inclusive, repercussão fora do Estado". "Nessa reciclagem que aconteceu a nível de profissionais da área, a Jornada também serviu para intensificar os contatos com a pesquisa", complementa a médica veterinária Ivone Suffert, secretária da Avesemi.

A IV Jornada Veterinária, que tinha como tema central a Saúde Animal em Evolução, aconteceu de 7 a 9 de novembro, como parte das festividades do Centenário de Ijuí. A promoção foi da Avesemi em conjunto com a Comissão Agropecuária do Centenário do Município, a Sociedade dos Médicos Veterinários do Rio Grande do Sul e a Cotrijuí.

CONSCIÊNCIA - A "Atuação do Veterinário no Contexto Sócio-Político de Produção", foi o assunto de abertura da Jornada. A palestra ficou a cargo do médico veterinário e vice-reitor da Universidade Federal de Pelotas.



Jorge Bangel

Em defesa da privatização do profissional

Participação mais efetiva

A IV Jornada Veterinária não apenas integrou as festividades do Centenário de Ijuí como também serviu para que os profissionais fizessem uma avaliação da atuação do médico veterinário dentro do contexto econômico e político do País



Luiz Schuch
Consciência mais forte

Para Luiz Henrique Schuch, o médico veterinário precisa tentar, através de fóruns de discussão, trazer para dentro da categoria uma consciência mais forte da necessidade da sua inserção dentro do processo de produção, "tentando influir nas decisões a serem tomadas".

Schuch reconhece que o momento difícil pelo qual passa o país, "numa recessão muito séria, com índices muito grandes de concentração de riquezas", traz para a classe dos médicos veterinários, elementos bastante dramáticos e que estão aliados a difícil situação das pequenas propriedades. "A imensa maioria de pequenas propriedades rurais estão sendo atacadas diretamente por essa nova realidade", ressaltou entendendo, por outro

lado, que esta é uma questão que precisa ser avaliada. "Então, disse ainda, se há uma demanda teórica de atuação do médico veterinário frente a este tipo de propriedade rural e, esta propriedade está com sua viabilização muito dificultada, é claro que os reflexos vão incidir diretamente na atuação dos profissionais".

PROCESSO DIFERENCIADO - Outro palestrante, Jorge Bangel, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também defendeu uma idéia semelhante, incentivando o médico veterinário a partir para um processo diferenciado de até agora vivenciado. Mas essa nova postura, segun-

do Bangel só vai acontecer depois que os profissionais deixarem as burocracias, os ministérios e as próprias perativas. "É necessário a privatização do veterinário", pregou, pedindo atuação mais independente, "polarizar". "O profissional vai cobrar acerto e pagar pelo erro", observou.

Bangel reconhece que a privatização do médico veterinário vai começar pelas próprias Universidades "que não estão preparadas para a nova realidade a ser vivenciada", afirmou o ensino, "hoje dirigido por um profissional de baixo nível" e apontou para a necessidade de especialização do médico veterinário.



Quase 200 médicos veterinários participaram da IV Jornada que ... trouxe até Ijuí os melhores palestrantes do Centro Sul do país para debater a saúde animal e a atuação dos profissionais da área

PRODUTOS TCHÊ, QUALIDADE COTRIJUI



Fones: 352-1222, Indústria - São Luiz Gonzaga
332-2400 e 332-1100, depósito, em Ijuí

Doença da produção

Mastite bovina é uma doença caracterizada pela produção de um processo inflamatório nas estruturas da glândula mamária", disse o médico veterinário e professor da Universidade Federal de Pelotas, Carlos Gil Turnes ao falar sobre a mastite bovina como uma doença da produção. Os produtores, agudizados, que podem ser evitados por meio de técnicas de exploração leiteira de mastite clínica e aquelas que só são evitadas através de modificações nas características químicas ou biológicas das técnicas auxiliares, das mastites subclínicas", disse Gil Turnes.

As mastites subclínicas, que são palestrantes, se constituem em um grande desafio para a medicina veterinária, pois nem se transformam em uma importante doença da leiteira". Citou alguns trabalhos científicos que mostram como quantificar a produção de volume de leite em mastites subclínicas e nos animais afetados que estes trabalhos mostram que quartos produzindo leite com reações "T" e "M" da Mastitis Test apresentam uma redução de 9% no volume de leite produzido a uma situação normal. Mas os leites com reações 1, tiveram 19,5 por cento de redução; os com reações 2, 31,8 por cento a menos; e os com reações 3, 43,4 por cento a menos. "Além da redução da produção de leite, as mastites subclínicas induzem as alterações na composição do leite, com importância tanto para a produtividade quanto para a saúde pública", explicou Gil Turnes.

A frequência, tanto da mastite clínica como da subclínica varia entre rebanhos e as características intrínsecas do rebanho, as condições ambientais, a higiene das ordenhas, metodologia de ordenha, as características dos animais como fatores para se evitar a ocorrência da doença. "É importante dizer que qualquer redução de incremento à atividade leiteira deve ser considerada como um risco de aumentar as infecções intra-mamárias", assinalou.

Para Gil Turnes, são os fatores que favorecem ao aparecimento da mastite em um animal leiteiro. Pesquisas feitas na França, realizadas pelo palestrante, mostram que existe uma correlação positiva entre excesso de produção e as mastites, "sugerindo que o aumento de umidade sobre a pele da mama e a presença de bactérias patogênicas na chuva também pode

ocasionar um stress climático na medida em que provoca um esfriamento das estruturas da mama, favorecendo a colonização bacteriana. Outro fator apontado pelo palestrante diz respeito à estabulação. Disse que existem dados comprovando que animais mais estabulados padecem de mastite muito mais frequentemente do que aqueles que permanecem a campo. O tipo de alimentação também pode influenciar, determinando, em alguns casos, infecções intra-mamárias. "Está

comprovado que dietas ricas em concentrados, tais como milho, induzem à produção de edemas de mama", explicou.

Altas produções de leite também estão vinculadas a elevados índices de mastite. Disse que raças produtoras de leite com alto conteúdo de graxa, como a Normanda e a Jersey, são mais propensas a contrair a doença do que a Holandesa, por exemplo, que produz um leite mais magro.

ORDENHA MECÂNICA - A ordenhadeira tem sido apontada como um dos possíveis fatores determinantes das mastites. O problema todo, segundo Gil Turnes, é que grande parte dos ordenhadores desconhece o funcionamento das máquinas de ordenha e tampouco têm respaldo técnico no que diz respeito à manutenção do equipamento. "A ordenhadeira incide nas taxas de mastite, seja provocando alterações das estruturas do mamilo - quando está funcionando inadequadamente - ou como fonte, transportando mecanicamente os agentes da doença, caso não sejam observadas as necessárias medidas higiênicas", observou.

O CONTROLE - A mastite é uma doença da produção leiteira cuja prevalência au-



A higiene na ordenha ajuda a reduzir a incidência da doença nos animais

menta de acordo com o incremento de especialização e produtividades dos animais, lembrou. E, devido a sua característica de doença multifatorial, Gil Turnes entende ser, ainda hoje, muito difícil pensar na sua erradicação. "Não tem sido, pelo menos até agora registrado nenhum programa exitoso de erradicação da mastite", reforçou, assinalando, por outro lado que também é preciso considerar que, devido às peculiaridades dos mecanismos de defesa do úbere, não tem como elaborar vacina para o controle da doença.

De qualquer forma, Gil Turnes disse que é possível controlar a incidência da mastite, "reduzindo os prejuízos econômicos que a doença produz ao produtor". O esquema de controle citado pelo palestrante passa pela redução das infecções intra-mamárias, "inibindo a multiplicação das bactérias nos períodos entre ordenhas ou durante o período seco, eliminando os fatores de risco e melhorando as condições ambientais e de manejo".

A imersão dos mamilos em uma solução antiséptica após a ordenha, é uma das operações mais antigas para o controle das mastites, "mas

eficiente", lembrou. A finalidade desta prática é a de impedir a multiplicação bacteriana no período entre ordenhas, assim como evitar a atração de vetores pelos restos de leites que ficam sobre a pele do mamilo. Entre os antisépticos, Gil Turnes citou os Iodóforos, o Hipocloreto de sódio e o Clorhexidine.

Outro caminho a ser adotado passa pelo uso de antibióticos "com ação contra Staphylococcus", suspenso em uma base de absorção lenta, tal como estearato de alumínio, administrado após a última ordenha da lactação. Para o palestrante, esta prática - denominada terapia de vaca seca - reduz significativamente as infecções intra-mamárias durante o período seco, evitando futuras mastites

Esquema de controle

A incidência de mastite no rebanho leiteiro pode ser reduzida e até evitada, desde que observadas algumas medidas de controle. As recomendações do médico veterinário Carlos Gil Turnes são as seguintes:

- * Fazer diagnóstico de mastite subclínica em todo o rebanho a cada 15 dias;

- * Ordenar a ordenha. Em primeiro lugar deverão ser ordenhadas as vacas que não apresentam a mastite. Depois as de grau 1, 2 e por último as de grau 3.

- * Eliminar do rebanho as vacas com mastite crônica;

- * Fazer ordenha higiênica, desinfetando os úberes antes da ordenha;

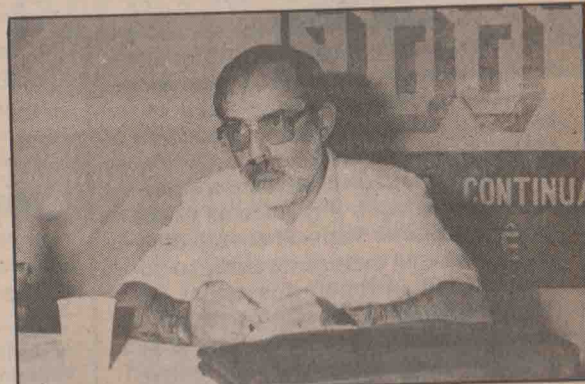
- * Controlar e regular a ordenhadeira periodicamente;

- * Fazer a imersão dos mamilos após a ordenha;

- * Fazer terapia ao seco com antibióticos adequados;

- * Controlar o ingresso de animais ao rebanho. Procurar incorporar só animais sem mastopatias.

Carlos Gil Turnes
Um grande desafio para a medicina veterinária



na próxima lactação.

Na ordenha, o médico veterinário e professor da Universidade Federal de Pelotas lembrou que devem ser observadas medidas higiênicas que permitam obter leite com baixos níveis de contaminantes, assim como diminuir os riscos de infecções intra-mamárias. "Os mamilos devem ser lavados com solução desinfetante antes da ordenha", assinalou. A ordenhadeira deve ser periodicamente revisada e regulada e seus copos, tanto os de borracha quando os de metal, imersos em desinfetantes nos períodos entre ordenhas, evitando, desta forma, a multiplicação bacteriana. Tratamento higiênico semelhante deve ser dispensado à sala de ordenha e ao estábulo.

Quem tem,

estoques, sementes, adubos, comércio, feira, camping, tratores, máquinas, veículos, bagagens, trailers, cargas,

protege.

Proteja tudo o que é seu, no campo e na cidade, com a Lona Carreteiro®. Ela deixa o sol, a chuva, o vento e a poeira do lado de fora, pois é 100% impermeável, mais leve e mais resistente. A Lona Carreteiro® tem ilhoses de plástico, que nunca enferrujam, de metro em metro. É fornecida em 14 tamanhos, de 2 x 2m até 8 x 10m, ou em formatos especiais. Duas cores: azul ou amarelo. Quem tem, cuida. Mas quem tem Lona Carreteiro®, protege.

Lona Carreteiro®
PROTEÇÃO O TEMPO INTEIRO

itap
Divisão Paraná

Depto. Vendas. São Paulo - Av. Mal. Mário Guedes, 77 (Jaguari) - CEP 05348 - Tel. (011) 268-2122 - Fax (011) 268-7922 - Telex 1180455 Fábrica: Cambé PR Rod. Br. 369 Km 158 - Tel. (0432) 53-1144 - Fax (0432) 53-1849 - Cx. Postal 161 - CEP 86-80

PECUÁRIA LEITEIRA

Criação de terneiras define produção

Maior produtividade na pecuária de leite depende do tipo de criação de terneiras adotado pelo produtor

A criação de terneiras é um dos primeiros passos a ser dado na exploração leiteira. Os resultados de um programa de inseminação artificial ou de qualquer programa de melhoramento genético está na dependência do tipo de criação de terneiras a ser adotado pelo produtor. "Bom sêmen só proporcionará animais produtivos se estes forem muito bem criados". O aviso é do engenheiro agrônomo João Miguel de Souza, Assistente da Área de Produção Agropecuária da Cotrijuf na Pioneira, traçando as linhas do programa de bovinocultura de leite desenvolvido no Centro de Treinamento.

Ao traçar a importância das relações da gestação com o desempenho da terneira leiteira, o João Miguel aponta, mais uma vez, para a influência da alimentação durante o período de gestação do animal. Deficiências nutricionais, ocorridas durante a gestação das vacas podem afetar o crescimento e a saúde dos animais recém nascidos. Como sintomas destas deficiências, cita a ocorrência de partos distócicos; a menor produção de colostro e leite; o menor conteúdo destes nutrientes como caroteno, vitaminas A e D, fósforo, iodo manganês, energia, entre outros no colostro do leite; o aumento da mortalidade embrionária e fetal e o nascimento de bezerros deformados ou debilitados fisicamente.

A quantidade e também a qualidade da alimentação fornecida às vacas durante a gestação varia de acordo com o período, já que maior crescimento do feto ocorre nos últimos três meses. A tabela de número 1 mostra os resultados de um trabalho realizado com dois grupos de vacas gestantes. O grupo que recebeu alimentação deficiente — com baixo nível de energia — proporcionou o nascimento de terneiros de menor peso, maior mortalidade ao nascimento e maior incidência de diarreias.

Estes resultados podem ser evitados, segundo o João Miguel, se, 60 dias antes do parto, as vacas gestantes forem "secas". Outra recomendação também observada no programa desenvolvido no CTC: durante os primeiros seis meses de gestação, as vacas gordas podem perder peso. Vacas em bom estado devem manter o peso e os animais magros devem ganhar em torno de 450 gramas de peso vivo por dia. Mas durante os três meses finais da gestação, todas as vacas devem ganhar em torno de 700 gramas de peso vivo por dia.

O RECÉM NASCIDO — A maioria dos animais recém nascidos colocam-se em pé entre os 20 e 200 minutos após o nascimento. Mamam nas primeiras oito horas de vida, fato que repetem até 10 vezes ao dia. O colostro deve ser fornecido até seis horas após o nascimento na quantidade de 2 litros, pois os animais nascem praticamente desprovidos de anticorpos contra as doenças a que estão sujeitos. O colostro é o veículo de transferência desses anticorpos da mãe para o recém nascido.

Trabalhos de pesquisa têm demonstrado que animais amamentados pelas mães, durante o período do colostro, apresentam níveis elevados de imunoglobulinas; menor incidência de diarreias, menores taxas de mortalidade e melhores ganhos de peso do que aqueles animais que recebem o colostro

em baldes ou mamadeiras. Ver tabela de número 2.

ALIMENTAÇÃO ATÉ A DESMAMA — O teimeiro deve ser separado da mãe e levado para cabanas num período entre 24 e 48 horas. Na cabana, onde ficará instalado, ele receberá leite, ração e feno até os 60 dias, "quando então devem ser desmamados", observa João Miguel. Até os oito dias de idade, receberá três quilos de leite por dia, "distribuído em dois aleitamentos diários".

Após esta idade — oito dias —, até o desmame — 60 dias —, receberá leite apenas uma vez ao dia, "de preferência ao entardecer, utilizando-se para tanto o leite da segunda ordenha", aconselha ainda o agrônomo. A quantidade a ser fornecida deve ser de quatro



O resultado de um programa de inseminação artificial ou de melhoramento genético... depende do tipo de criação de terneiros adotada na propriedade

quilos por dia, conforme mostra a tabela de número 3.

O sucesso da desmama precoce vai depender do consumo de concentrado usado na alimentação do animal. "A ração, aconselha, deve ser fornecida à vontade a partir da segunda semana de vida do teimeiro".

Mas quando é que uma ração é apropriada para os terneiros? Segundo dados do Centro Nacional de Gado de Leite, da Embrapa e apontado pelo

João Miguel, além de palatabilidade, deverá apresentar textura grossa, sabor adocicado; nível baixo de fibra; alta energia e ainda conter 15 por cento de proteína bruta. O número 4 — resultado de um trabalho realizado pela Embrapa de Brasília — mostra que animais desmamados aos 35 dias de idade, recebendo com 12, 16 e 20 por cento de proteína bruta até os 182 dias de vida, tiveram maior ganho de peso diário e menor consumo de ração quando comparados por cento de proteína bruta.

Mas além da ração, os animais devem receber já na primeira semana de idade, um bom volume de colostro. O consumo ser pequeno, o crescimento do volumoso na dieta deve acelerar o desenvolvimento das células do rúmen e dos músculos esqueléticos, fornecidos sob a forma de feno, no, o preferencial na opinião de João Miguel, ou pasto verde, podem ser dados inteiros ou grosseiramente picados.

AS INSTALAÇÕES — Durante o período de aleitamento, o teimeiro será criado em cabanas individuais. "Este tipo de instalação tem se mostrado mais eficiente que a criação de terneiros em confinamento", diz João Miguel apontando como vantagens a redução de incidências de problemas sanitários além de menos investimento de capital. Os resultados de pesquisas comparando os dois sistemas devem ser melhor analisados na tabela 1.

O desmame deve ocorrer quando o animal atingir 60 dias de vida "de forma abrupta". Eles devem ser retirados das cabanas e levados para piquetes de pastagens. A partir desse momento, o consumo de ração, em torno de 170 gramas por dia, passa a ser de 1,5 quilos diários. "No período após a desmama, os animais recebem de 0,80 a 1,5 quilos de ração por dia até os oito meses de idade", diz João Miguel. Neste período os animais não dispõem de abrigos, ficando expostos em lotes de idade semelhantes, sendo rodízios em piquetes de pastagem coast-cross 1, hermatría ou quebra-verão e aveia, azevém, tremoço e alfafa no inverno.

Após os oito meses de idade, as vacas são agrupadas com o lote de vacas secas, não recebendo mais alimentação de concentrados. Elas recebem apenas boas pastagens, portanto, desta forma, ganhos de peso e condição tem proporcionado melhor desempenho em animais na idade entre 12 e 18 meses, nos trabalhos levados a cabo no CTC.

TABELA 1 — EFEITO DO NÍVEL DE ENERGIA DA DIETA DE VACAS EM GESTAÇÃO (ÚLTIMOS 30 DIAS) NA PERFORMANCE DE TERNEIROS

Parâmetros	Energia na dieta das vacas	
	Alta	Baixa
Peso dos animais ao nascimento (Kg)	34,4	26,7
Mortalidade do nascimento (%)	0	10
Incidência de diarreias (%)	33	52

Fonte: Adaptado de Corah & Outros, 1975

TABELA 2 — EFEITO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DO TERNEIRO COM A VACA, APÓS O NASCIMENTO, E SOBRE O GANHO DE PESO DIÁRIO, ATÉ OS 75 DIAS DE VIDA

Períodos com a vaca	Ganho de peso 0-75 dias (g/animal/dia)
• Apartado ao nascer, colostro no balde	497
• Apartado 10 horas após nascimento	635
• Apartado 48 horas após nascimento	713

Fonte: Adaptado de CAMPO, O. F. de 1985

TABELA 3 — MÉDIAS DE GANHO DE PESO DIÁRIO (KG/DIA) E CONSUMO DE RAÇÃO (KG/ANIMAL/DIA) DE TERNEIROS CRIADOS A PASTO, RECEBENDO 3 OU 4 KG DE LEITE/ANIMAL, EM UM OU DOIS FORNECIMENTOS DIÁRIOS ATÉ OS 60 DIAS DE IDADE

Idade	Quant. leite (kg/dia)		Nº fornecimento/dia	
	3	4	1	2
Ganho de peso diário (kg)/animal/dia				
0 - 154 dias	0,40	0,46	0,44	0,42

Fonte: Adaptado de Matos & Outros, 1978

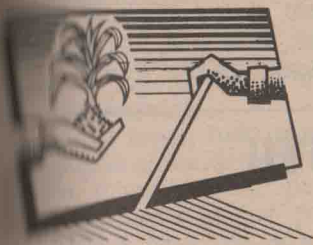
TABELA 4 — MÉDIAS DE GANHO DE PESO MÉDIO DIÁRIO (KG/ANIMAL/DIA), CONSUMO DE RAÇÃO (KG/ANIMAL/DIA) E CONVERSÃO ALIMENTAR (KG RAÇÃO/1 KG DE PESO VIVO) DE TERNEIROS, ATÉ 182 DIAS DE VIDA (ANIMAIS DESMAMADOS COM 35 DIAS)

Parâmetro (até 182 dias de vida)	% PB na ração		
	12	16	20
Ganho de peso (kg/an/dia)	0,400	0,580	0,570
Consumo de rações (kg/an/dia)	1,260	1,410	1,530
Conversão alimentar (kg)	3,15	2,66	2,68

TABELA 5 — INCIDÊNCIA DE DOENÇAS EM TERNEIROS CRIADOS A PASTO OU EM TERNEIREIRAS

Sistema de Manejo	Nº de Animais	Diarréia	Número de Tratamentos Problemas Respiratórios	Anaplasmoses
Em terneireira	32	60	43	14
A pasto com abrigo	32	23	21	24

Fonte: Adaptado de Campos & Outros (1981) e Vilela & Outros (1981)

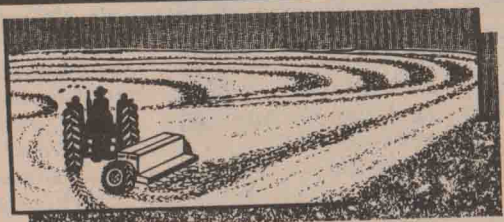


A primeira coleta de leite a granel

Santo Augusto é a primeira unidade da Cotrijuí na região, a implantar o sistema de coleta de leite a granel. O primeiro caminhão tanque foi adquirido em setembro e o segundo no final do mês passado. A aquisição do equipamento faz parte de um programa da unidade que prevê a implantação do sistema em todas as linhas num prazo de dois anos e meio.



Caminhão com tanque isotérmico
Maior qualidade do produto coletado



SOLOS

Coordenação do eng. agr. Rivaldo Dhein/CTC e do Clube Amigos da Terra de Ijuí
Colaboração do eng. agr. Ilário Gasparin, supervisor da área de insumos da Cotrijuí

Os herbicidas pós-emergentes

Modernamente, com vistas principalmente à preservação do meio ambiente, procura-se recomendar o emprego cada vez menor de herbicidas e de agrotóxicos em geral na agricultura. A consciência preservacionista cresce em todo o mundo e não poderia ser diferente em nosso meio.

Se um dia a capina manual ou mesmo mecânica, foram consideradas ultrapassadas, antiquadas, hoje elas voltam - menos a manual, por falta de mão-de-obra disponível e mais a mecânica - a merecer atenção, principalmente junto aos produtores mais esclarecidos e às propriedades mais organizadas no mundo todo.

Outras formas de reduzir a incidência das invasoras também são cada vez mais pesquisadas e logo adotadas. Na Europa, por exemplo, principalmente na agricultura alternativa, é bastante usado o "lança chamas" nas entrelinhas das plantas cultivadas. Também nos países do Primeiro Mundo, cada vez mais, as práticas culturais como a rotação de culturas (principalmente alternando pastagens e grãos), as consorciações, a alelopatia e o companheirismo de plantas são exploradas.

Nós, sem dúvida, ainda temos muito que aprender sobre o assunto. Até mesmo temos que aprender que alguma proporção de invasoras presentes em nossas lavouras, que não sejam destinadas à produção de sementes, pode ser tolerada. É claro que em níveis tais que não nos proporcionem danos técnicos e prejuízos econômicos futuros por fugirem do nosso controle.

Na atualidade, a prática do Plantio Direto (PD) volta a crescer - felizmente - e a se difundir na região. Por isso, o momento exige redobrados cuidados com as invasoras que são um grande inimigo do sistema, pois podem comprometê-la. Aliás, como já aconteceu no passado.

Um dos principais segredos pa-

ra o sucesso do plantio direto é a produção de uma densa cobertura vegetal no solo, por restecas abundantes ou por culturas especialmente cultivadas para este fim - culturas de cobertura e de melhoramento - (adubação verde) do solo. Por isto, muitos preferem hoje, a denominação plantio na palha em vez de plantio direto.

A cobertura vegetal abundante é fundamental para manter as invasoras "abafadas", impedindo a sua germinação. Claro que não podemos esperar os melhores resultados em áreas essencialmente inçadas. Aliás, em áreas deste tipo, o plantio direto não deve ser iniciado de uma hora para outra. Convém que antes, esta área receba um tratamento especial, reduzindo o nível de infestação por invasoras.

Como complemento ao bom manejo da palha no plantio direto, os herbicidas pós-emergentes aparecem como boas alternativas. Na verdade, também para o plantio convencional. Em ambos os casos, em relação aos pré-emergentes, permitem reduzir acentuadamente os danos ao meio-ambiente - flora, fauna, recursos hídricos, etc - os custos de produção e o trânsito de máquinas nas lavouras. Podem ser aplicados de forma seletiva, somente quando e onde as invasoras se concentram, evitando o desperdício e a poluição desnecessários.

Além destas vantagens dos produtos pós-emergentes, ainda merecem ser destacados: a) permitem o "manejo integrado de invasoras"; b) favorecem a formação de cobertura vegetal morta sobre o solo; c) a sua eficiência independe do tipo de solo e da matéria orgânica; d) também independe do tipo de preparo do solo, reduzindo os riscos de erosão; e) podem ser usados apenas quando e onde são necessários, gerando maior economia e menos poluição; f) são compatíveis com qualquer sistema de plantio - convencional, mínimo, direto, a lan-

ço, em linha, etc; g) permitem a rotação de culturas, pois não têm ação residual no solo; h) permitem a racionalização do uso de máquinas e de mão-de-obra disponíveis para outros trabalhos, como plantio na época certa; i) atualmente o seu custo por hectare é igual ou até menor que o dos pós-emergentes, principalmente no plantio direto; j) a eficiência da maioria dos produtos não é afetada por chuvas que ocorrem mais de uma hora após a aplicação - são absorvidos rapidamente. É evidente que mesmo assim, o seu emprego exige cuidados, como o de qualquer outro produto químico. Entre as recomendações, lembremos:

* aplicação de dosagem recomendada, em 250 a 300 litros de água por hectare;

* o emprego de bicos "leque", entre os quais, 80-02, 80-03, 110-02, 110-03;

* pressão na barra entre 60-80 libras/polegada quadrada;

* aplicação (no geral) no estágio de 2-6 folhas verdadeiras, no caso de folhas largas;

* no caso de gramíneas, normalmente até o estágio de 4 perfilhos. Alguns produtos controlam ainda em estágios mais avançados;

* devem ser aplicados quando as condições climáticas são favoráveis, tanto para a cultura quanto para as ervas;

* não aplicar por ocasião de estiagens, nem com umidade relativa do ar muito baixa (menos que 70 por cento);

* depois de uma estiagem, esperar dois dias após uma chuva para aplicá-los - até então, as invasoras retomam seu metabolismo pleno;

* não aplicar com ventos de velocidade superior a 10 Km/hora;

* a maioria dos produtos possui adjuvantes específicos (óleos minerais ou espalhantes adesivos) que devem acompanhá-los.



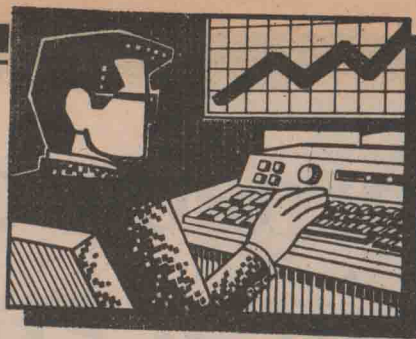
COTRIEXPORT
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.

Ijuí: Rua das Chácaras, 1513

Fone 332-2400 - ramal 364

Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342

Argemiro Luís Brum
Montpellier - França



A unificação das duas Alemanhas cria a perspectiva de surgimento de uma nova grande potência mundial. No entanto, a unificação, no entanto, ainda é uma incógnita devido aos seus altos custos, e que, certamente, trará reflexos na união econômica e monetária da CEE, marcada para 1993.

LESTE EUROPEU

Os desafios das reformas

Muitas são as modificações político-econômicas que ocorrem no mundo neste final de século e de milênio. A começar pelos Países do Leste e a União Soviética (URSS), continuando pela "união econômica e monetária" da Comunidade Econômica Europeia (CEE) a partir de 1º de janeiro de 1993, até chegarmos às alterações de mercado internacional com a revisão das políticas agrícolas e o grande debate junto a Rodada Uruguai do GATT entre os defensores do liberalismo e do protecionismo na agropecuária mundial. Sem falarmos das modificações, talvez até mais importantes, porque mais rápidas e definitivas, causadas pelo avanço da biotecnologia e de outras tecnologias nas diferentes áreas econômicas.

Neste artigo nos deteremos apenas em analisar certos detalhes ligados às modificações ocorridas no Leste Europeu. Isto porque possivelmente os mesmos estejam longe do conhecimento do grande público, embora sua capital importância para a compreensão da realidade daquela região na qual tantas expectativas estamos depositando.

1 - NASCE UMA NOVA POTÊNCIA EUROPÉIA:

RFA + RDA = ALEMANHA

A união monetária entre a República Federal da Alemanha (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA), acontecida no dia 2 de julho passado, dá origem, na prática, ao nascimento de uma grande potência européia: a Alemanha. As eleições parlamentares de dezembro próximo deverão confirmar definitivamente esta nova realidade.

Entretanto, as coisas não são tão fáceis como a primeira impressão deixa transparecer. É certo que a unificação alemã se passou em tempo recorde. Afinal, entre a queda do muro de Berlim no dia 9 de novembro de 1989 e a unificação monetária do dia 2 de julho de 1990 se passaram apenas 8 meses. Mas, entre este sucesso e os inconvenientes de uma tal unificação muita coisa existe. Para melhor entendermos esta afirmação, vamos aqui avançar algumas informações interessantes.

A RDA conta com 16,5 milhões de habitantes contra 60,5 milhões da RFA. A nova Alemanha será assim um país constituído por 77 milhões de pessoas. A renda per capita na Alemanha do Leste é de 9.500 dólares/habitantes contra 17.500 dólares/habitantes (no Brasil tal renda alcança 2.020 dólares/habitante). Apesar deste contexto aparentemente fácil, os especialistas prevêem que a anexação da RDA permitirá a RFA um crescimento de "apenas" 15 por cento (o equivalente a cerca de 4 anos de seu crescimento no ritmo atual).

Ao mesmo tempo, a RFA deverá aplicar, no total, cerca de 70 bilhões de dólares em quatro anos e meio para o financiamento da unificação.



ção. Mas a conta é ainda mais pesada, pois apenas para colocar a indústria da RDA no mesmo nível da sua, a RFA deverá gastar entre 618 e 773 bilhões de dólares. Isto corresponde a quatro anos de investimentos dentro de suas próprias fronteiras.

Mesmo assim, a indústria da RDA levará muitos anos para produzir nas mesmas condições de custo e qualidade que o nível "standard" oeste-alemão. Isto porque a diferença de produtividade entre as duas Alemanhas varia entre 30 por cento e 60 por cento (56 por cento nos ramos têxtil e construção mecânica, 41 por cento no ramo de materiais de construção).

Por outro lado, a RDA tem custos de produção 4,04 vezes mais elevados que a RFA. Tais custos chegam a um adiferença de 10 vezes na área da micro-eletrônica. Diante deste quadro, o dilema da RDA é grande, pois para aumentar a competitividade a curto prazo, a saída imediata seria baixar os salários. Ora, baixos salários levam a uma migração para a RFA. Assim, a unificação monetária acelerada, a taxa de câmbio de um marco alemão por um marco do leste, visava conter esta migração que socialmente estava perturbando a Alemanha Ocidental. Entretanto, as taxas de um por um, os custos aumentarão na RDA levando a um sucateamento de sua indústria. Sem falar na forte possibilidade de um aumento da inflação na RFA em função da necessidade de emissão de moeda para compensar a demanda da RDA. Aliás, é no sentido de evitar o melhor possível esta inflação que a RFA criou um Fundo de Unidade Alemã objetivando atrair capitais e com isto evitar a emissão em demasia de sua moeda.

Como podemos perceber, os custos da unificação para a RFA são muito importantes e podem enfraquecer momentaneamente este país, fato que poderá deixá-lo menos cooperativo na construção da CEE de 1993.

Economia mundial
Reformas do Leste exigem muito dinheiro e acarretam redução nas importações

2 - A CONFUSÃO SOVIÉTICA

No que tange às reformas da URSS, as mesmas, iniciadas a partir da chegada de Gorbachev ao poder em 1985, estão bastante atrasadas se compararmos com os demais países do Leste. Na verdade, a URSS se direcionou para uma economia de mercado (em outras palavras, menos Estado na gerência da economia) dentro de uma total confusão de idéias, de esperanças e de angústias em função da falta de experiência histórica concreta sobre uma economia de livre mercado.

Do lado das angústias podemos situar a possível destruição do bom nivelamento de renda ainda hoje existente. Isto porque entre os 20 por cento mais bem pagos e os 20 por cento que menos recebem a diferença é de 3,5 vezes (nos Estados Unidos a mesma é de 2,5 vezes). Se aprofundarmos a análise, verificamos que entre os 10 por cento de cada extremidade a diferença na URSS é de apenas 5 vezes enquanto no Japão ela é de 6, na Alemanha Ocidental de 7, na Suécia ela atinge 11 vezes e nos Estados Unidos 14. Portanto, este bom nivelamento tende a se deteriorar com a liberalização da economia.

Do lado das esperanças, o país espera sair da relativa pobreza em que se encontra. De fato, a URSS pode ser considerada pobre para os padrões do mundo ocidental desenvolvido na medida em que um soviético a cada sete é atingido pela pobreza enquanto esta relação aumenta para um sobre dois para repúblicas mais pobres da Ásia Central. Na realidade, com a abertura, descobriu-se que URSS era uma potência militar, porém, jamais uma potência econômica no sentido ocidental.

No que tange a confusão de idéias, a URSS, que até há pouco tempo convivia com uma pequena inflação, corre o risco de vê-la explodir com a abertura econômica. Isto porque torna-se urgente a realização de

uma reforma dos preços. Esta reforma visaria aumentar a produção a fim de equilibrá-la com a demanda de produção. Assim, prevê-se terminados produtos como alimentos, a energia elétrica e os transportes terão seus preços reduzidos entre 100 por cento e 200 por cento em 1991 (ano em que está prevista a reforma dos preços).

Por outro lado, a inflação do em 7,5 por cento por ano em mercados controlados coloca em patamares inferiores a renda que chegou a 17 por cento. Assim a URSS se vê com uma massa monetária sem bens correspondentes. Para ainda mais a situação, sabe-se que a massa salarial cresceu 5,4 vezes em 1991 (ano em que está prevista a reforma dos preços) e 1,5 vezes mais rápida que a de bens e serviços.

Ainda dentro do capitalismo de fusão de idéias, é bom lembrar que os soviéticos terão que aprender a viver com o desemprego. De fato, a previsão é de que o desemprego atinja 10 por cento em 2000, cerca de 16 milhões de pessoas empregadas. Um número que, mesmo em produção, poderia ser produtividade entre 20 a 25 por cento.

Enfim, uma liberalização da economia, na medida em que os preços, também faz aumentar a demanda reprimida por falta de dinheiro para comprar. Isto deverá levar a um aumento imediato das importações para em seguida ativar a produção da produção interna. O problema deste mecanismo, a URSS não possui dinheiro para o que importa. Hoje a indústria soviética, no que tange às importações, beira os 3 bilhões de dólares, segundo os especialistas ocidentais, isto que força Gorbachev a pedir empréstimos às grandes potências, mesmo que para obter a sua permanência na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

3 - AS DIFICULDADES DOS PAÍSES DO LESTE

Os seis Países do Leste envolvidos diretamente nas reformas político-econômicas pela URSS são: RDA, Polónia, Bulgária, Romênia e Eslováquia. Outros dois estão no quadro. Um, a Jugoslávia, realizou uma mini-reforma em outros tempos, tendo se indebolado da URSS de forma bastante ruim em relação a realidade da região. Outro, a Albânia, começa timidamente a dar os primeiros passos em 1990, porém, é o mais dos países em favor das reformas de Stalin. Por outro lado, entre os seis países citados acima, a RDA, fatalmente não

FEIJÃO

Avaliação do ensaio estadual

Macanudo, Pampa e FT120, três variedades que ganham espaço na região e contribuem para o fortalecimento da cultura como uma real opção econômica



Carbonera e Irajá Antunes à frente
Embrapa e CTC avaliam conjuntamente o desempenho do feijão

O feijão voltou a ser motivo de discussão, no dia 29 de novembro, quando da visita de uma equipe da Embrapa de Pelotas, formada pelo pesquisador Irajá Ferreira Antunes, pelo fitopatologista José C. Vieira e Raul Grehs, assistente de pesquisa, esteve em visita ao CTC, para uma avaliação conjunta dos trabalhos desenvolvidos sob coordenação do pesquisador da Cotrijuf, Roberto Carbonera.

No CTC foi observado o comportamento do feijão, tanto nas áreas experimentais, onde foram cultivadas variedades coletadas na região, linhagens segregadas pelo próprio CTC, como também as cultivares Macanudo, Pampa e FT120, lançadas pela pesquisa estadual, além de variedades do Instituto Agrônomo do Paraná, Iapar. Para completar a avaliação, foram verificadas ainda as lavouras de feijão no sistema de plantio direto e no sistema convencional.

A partir da disseminação desses novos materiais, o pesquisador Irajá Ferreira Antunes, acredita que o feijão venha adquirir maior força econômica e a ocupar maiores espaços de produção no Estado. Isso porque, segundo o engenheiro agrônomo, o trabalho de pesquisa vem sendo incrementado, através de um aumento no número de entidades que se dedicam a cultura. Hoje, trabalham com o feijão, não somente o CTC e a Embrapa, como também o IPAGRO e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mantendo um intercâmbio necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

"O feijão tem horizonte favorável", afirma ainda o pesquisador, salien-

tando que desse trabalho de pesquisa, pelo qual já existem 10 variedades recomendadas no Estado, vai ser possível se chegar, a médio prazo, a uma recomendação regionalizada, isto é, que contemple as características de cada região onde a cultura é cultivada.

A produtividade do feijão, muito defasada nos últimos anos pela falta de incentivo técnico e financeiro, também deve ser recuperada a partir do estabelecimento de lavouras com variedades mais resistentes, avalia Irajá, prevendo, a partir dessa safra um aumento em torno de 20 por cento no rendimento da cultura por hectare. É claro que para atingir médias melhores, o produtor não pode esquecer todas aquelas recomendações necessárias, que incluem desde um solo bem tratado, escolha adequada do local de cultivo, adubação, controle de doenças, entre outras tantas.

Para o pesquisador, muitos produtores de feijão já estão se dando conta da importância de todos os cuidados que a cultura exige, até porque ele já aparece como uma das alternativas de verão, nas lavouras em que a soja começa a ser reduzida. Os exemplos de ótimas colheitas, como é o caso do município de Sobradinho, onde produtores conseguem retirar até quatro mil quilos por hectare também devem fortalecer o interesse pelo feijão, assim como o trabalho desenvolvido pelas cooperativas, ao incentivar o uso de melhores tecnologias na sua produção.

A equipe da Embrapa lembra ainda os avanços que estão sendo obtidos através do Grupo Pró-feijão, que reúne entidades de pesquisa e de ou-

tros setores ligados a cultura, com o objetivo de traçar as diretrizes políticas que são necessárias ao setor. A diferenciação de ICMs para as cooperativas é um dos pontos mais enfatizados pelo Grupo, assinalam os pesquisadores que esperam melhores dias para o feijão a partir da mudança de governo.

DIA DE CAMPO - Da visita dos pesquisadores da Embrapa fez parte ainda um dia de campo sobre o desenvolvimento da cultura, na propriedade de Onir Copetti, em Santo Augusto, onde foi avaliado o comportamento de 10 variedades recomendadas que estão no ensaio estadual. O ataque intenso da Diabrotica, a popular vaquinha, foi ponto de discussão, sendo recomendado para seu controle três aplicações de inseticida. Também observado os efeitos ocorridos pelo plantio em solo ácido.

Os 25 participantes do dia de campo, entre técnicos e produtores estiveram avaliando ainda uma lavoura formada com a variedade FT120, na propriedade de Arlindo Müllich que segundo Roberto Carbonera, apresenta um bom desenvolvimento. "O estabelecimento correto da lavoura bem como o vingamento das 'vagens', chamou a atenção, diz Carbonera, lembrando no entanto, que ainda foi observado o ataque de atracnose, doença comum no feijão, provocada pelo uso de sementes contaminadas ou pela falta de condições climáticas adequadas. O remédio é aplicação de fungicida, comenta o agrônomo, a fim de evitar grandes perdas na lavoura e utilizar sementes resistentes a doenças, como é o caso da cultivar Macanudo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente EDITAL, o presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os integrantes da categoria profissional dos Trabalhadores Rurais deste município, como definidos no estatuto social da entidade, associados ou não, para se reunirem em

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

que será realizada no dia 12 (doze) de dezembro de 1990, em primeira convocação às 15,00 (quinze) horas, com a presença de 50% (cinquenta por cento) da categoria e, em segunda convocação, às 16,00 (dezesseis) horas, com qualquer número, tendo como local a sede do Sindicato na rua 14 de Julho, 146, nesta cidade, para tratar da seguinte

ORDEM DO DIA

- 1º - Apreciação, discussão e deliberação sobre a aplicação do artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, com criação da contribuição para o custeio do sistema confederativo da representação da categoria dos Trabalhadores Rurais;
- 2º - Discussão e decisão sobre a fixação do valor da contribuição confederativa, referida no item anterior;
- 3º - Discussão e deliberação sobre o sistema de arrecadação e partilha da mencionada contribuição entre Sindicato, Federação e Confederação da Categoria;
- 4º - Discussão e fixação da época de recolhimento da referida contribuição e fixação de penalidades para os casos de recolhimento atrasado.

Ijuí/RS, 30 de novembro de 1990
JÚLIO CÉSAR GABBI
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente EDITAL, ficam convocados todos os associados deste SINDICATO, quites, e em pleno gozo de seus direitos, para a

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

a realizar-se no dia 12 (doze) de dezembro de 1990, com início previsto para às 13,00 (treze) horas, tendo por local a Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, na rua 14 de Julho, 146, nesta cidade, para tratar da seguinte

ORDEM DO DIA

- 1º - Leitura, discussão e votação da ata da Assembléia realizada no dia 02 de março de 1990;
- 2º - Leitura, discussão e votação da Previsão Orçamentária para o exercício de 1991 e o respectivo parecer do Conselho Fiscal;
- 3º - Discussão e votação da fixação das mensalidades a partir de 1º de janeiro de 1991 e o parecer do Conselho Fiscal;
- 4º - Ratificação de contratação de funcionários e fixação de salários;
- 5º - Assuntos gerais.

De acordo com o Estatuto, a votação será procedida pelo sistema de voto secreto. Na eventualidade de não haver número legal de associados presentes para a realização da Assembléia Geral Ordinária em primeira convocação, a mesma será realizada em segunda e última convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de associados presentes.

Ijuí/RS, 29 de novembro de 1990
JÚLIO CÉSAR GABBI
Presidente



O dia de campo na propriedade de Waldemar Michael
Mais de 100 produtores e técnicos presentes ao lançamento de novas variedades

TRIGO

Dia de Campo para lançar novas variedades

Um dia de campo na propriedade de Waldemar Michael, localizada em Rincão dos Pampas, interior de Ijuí, marcou o lançamento na região de novas cultivares de trigo. Promovido pela Embrapa/Centro Nacional de Pesquisa do Trigo de Passo Fundo, o dia de campo contou ainda com o apoio e a participação do departamento técnico da Cotrijuí.

Para falar aos 104 produtores e técnicos presentes ao encontro sobre as características das novas cultivares, importância da rotação de culturas, fertilidade do solo, adubação, controle de doenças e pragas, se fizeram presentes, pela Embrapa, os pesquisadores Aroldo Linhares, da área de Sementes; Sírrio Wietholtes, da área de Fertilidade do Solo e João Francisco Sartori, da Fitopatologia. Pelo lado da Cotrijuí, o dia de campo contou com a participação do engenheiro agrônomo Adão Acosta e do técnico agrícola Pedro Pittol.

DIVULGAÇÃO - O dia de campo, segundo pesquisador Aroldo Linhares serviu não apenas para aproximar ainda mais a pesquisa da produção, como também para melhor divulgar as novas variedades que estão sendo introduzidas na região. "Essa é a oportunidade que os produtores têm de melhor conhecer as características das variedades no que diz respeito a resistência às doenças, pragas, manejo, adubação", disse o pesquisador lembrando que cada variedade apresenta um comportamento diferenciado. O conhecimento destas características é importante para que o agricultor possa associar a variedade escolhida ao tipo de cultivo adotado em sua propriedade.

Além da BR-37 - a cultivar lançada no dia de campo - ainda foram apresentadas outras cultivares já lançadas em anos anteriores - a BR-23, a BR-32 e a BR-34, também cultiva-



Aroldo Linhares
O solo também é importante

das em parcelas demonstrativas na propriedade do associado Waldemar Michael. Apenas a BR-35, também apresentada aos produtores foi cultivada a nível de campo visando a multiplicação de sementes.

A variedade que mais resistiu às doenças ocorridas em função das condições climáticas adversas, foi a BR-32. Não é uma variedade muito produtiva, "principalmente para aqueles produtores que querem obter altos rendimentos". É uma variedade para produtores que adotam média tecnologia", explicou ainda Aroldo. Já as variedades BR-23 e BR-37 respondem muito bem a altas tecnologias.

MAIS IMPORTANTE - O mais importante para as variedades de trigo segundo os pesquisadores da Embrapa, é o solo. "Não são as variedades que vão resolver os problemas de baixa fertilidade do solo", deixaram claro. Uma variedade só vai ter condições de mostrar todo o seu potencial produtivo se for cultivado em cima de um solo em boas condições, completou ainda Aroldo Linhares, garantindo que, nestes casos, uma variedade tem condições de apresentar bons resultados mesmo enfrentando condições climáticas adversas.

PRODUÇÃO OBTIDA EM PARCELAS DEMONSTRATIVAS CULTIVADAS NA PROPRIEDADE DE WALDEMAR MICHAEL - IJUÍ/90

CULTIVAR	TRATAMENTOS				MÉDIA KG/HA
	CC/CF	CC/SF	SC/CF	SC/SF	
BR-23	4.215	2.794	2.598	4.039	3.411
BR-32	2.715	4.039	3.127	1.862	2.935
BR-34	3.323	2.578	2.950	3.196	3.011
BR-35	2.352	3.343	2.058	2.186	2.484
BR-37	3.313	2.666	2.303	2.450	2.683
MÉDIA	3.183	3.084	2.607	2.746	2.905

CC = com cobertura de N
CF = com fungicida

SC = sem cobertura
SF = sem fungicida

COLUNA DO LEITE

Coordenação: João Carlos Schiffer — méd. veterinário
Alaor José Daltrozo — tecnólogo em cooperativismo

POLÍTICA DE PREÇOS DO LEITE

A liberação dos preços do leite começa de fato a ser praticada no setor, porém, sem o entusiasmo inicialmente previsto. Ao contrário, a resistência é grande devido a vigilância atenta do governo e às leis do mercado onde o achatamento salarial vem fixando o consumo do produto.

Desta forma, o aumento do preço do leite tipo C ficou em 11 por cento para o Rio Grande do Sul a partir do dia 10 de novembro, passando de 25,00 cruzeiros o litro, o indústria em 22,50 o litro e o consumidor em 17 cruzeiros e 50 centavos o litro, o que, aliás, tem sua comercialização confirmada para o mês de novembro e dezembro. Outros aspectos têm chamado a atenção nos últimos reajustes, e que deverão normalizar os preços a serem praticados para os próximos meses é a falta de sincronismo entre as datas dos reajustes nos diversos estados. Isto caracteriza uma dificuldade na regionalização que deverá ocorrer a curto e médio prazo, com consequente diferenciação no preço do leite pago ao produtor nos diversos estados e regiões.

A planilha do custo de produção do leite, no entanto, aponta um valor de 29,00 o litro, o que caracteriza para o pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa do Gado de Leite da Embrapa, Sebastião Teixeira, que a liberação não passa de um engano envolvendo produtores e consumidores de laticínios. "O governo não saiu e jamais sairá de controle do preço máximo que fará é vigiar o mercado atuando de forma indireta". Quanto à sua posição, o pesquisador lembra que, através do seu programa de preços, o governo tornou-se o principal comprador de leite no país com a aquisição média de 33 por cento da produção mensal, o que lhe dá condições de negociar a compra do produto a preços que considere razoáveis além de possuir a força de baixar portarias e poder se utilizar de importações.

REGISTRO DE GADO HOLANDÊS

Para facilitar o encaminhamento de registro dos animais de raça holandesa, a Cotrijuí estabeleceu um convênio com a Associação de Criadores de Gado Holandês. Normalmente o produtor necessitaria ser associado à Associação de Criadores de Gado Holandês para requisitar o serviço individualmente, o que acabava onerando em muito a prestação do trabalho. Agora, o produtor tem a sua cooperativa associada a Acgh, podendo requerer o serviço na Cotrijuí, pagando por isso, apenas as taxas de serviços. O animal registrado irá receber o afixo Cotrijuí no seu nome.

Entre inúmeras vantagens comerciais existentes no fato de registrar os animais está o de que estes, quando forem vendidos, têm sua origem conhecida e portanto, acabam obtendo preços melhores. O produtor também tem condições de avaliar a produção de certas famílias e assim ir selecionando os animais mais produtivos, bem como evitar o uso de parentes no acasalamento. Estamos recomendando aos associados que tiverem interesse nos registros, que se inscrevam nas unidades da Cooperativa, pois a primeira filiação dos animais é sempre feita por um técnico da associação, e para isso estamos procurando concentrar as informações nas unidades, de modo a facilitar e agilizar o trabalho desse técnico.

APLICAÇÃO DE INJEÇÕES EM BOVINOS

Em algumas circunstâncias, o produtor se depara com a necessidade de ter de aplicar alguma injeção em animais da sua propriedade. Há que aqui colocando alguns cuidados que ele deve conhecer e observar para o uso devido de injeções em bovinos. De início é bom saber que existem várias vias de aplicação em um animal: subcutânea, intramuscular e endovenosa.

Injeção subcutânea - Deve ser aplicada onde o animal tenha o couro mais frouxo. A agulha deve ser introduzida embaixo do couro sem atingir o músculo. As agulhas usuais para este tipo de injeção são: 15 x 15 e 18 x 18.

Injeção intramuscular - Deverá ser dada no músculo do animal. As regiões onde usualmente se faz são: a tábua do pescoço, na anca e na perna, devendo a agulha ser cravada em direção a cabeça do animal. As agulhas para este tipo de aplicação são: 25 x 15, 15 x 18, 30 x 15, 30 x 18 e 30 x 20.

Injeção endovenosa: É aplicada na veia. Alguns medicamentos têm uso específico para este local e assim deverá ser feito. Normalmente em bovinos usa-se a veia jugular, que é a que corre da cabeça em direção ao corpo do animal. Para expor esta veia devemos usar uma corda de pesca na espessura, na base do pescoço do animal e próximo ao peito. O cuidado da agulha usada em injeção endovenosa é de 40 x 20.

Higiene do animal - As agulhas e a seringa devem ser limpas com água e sabão, externamente e internamente. Após ter tirado o excesso de sabão com várias passagens de água, devemos ferver as agulhas por 10 minutos. Este ritual deverá acontecer após cada aplicação. Uma injeção com agulha contaminada (suja), provoca uma inflamação com formação de pus e dor para o animal, que na maioria das vezes deve ser eliminada com ato cirúrgico.

Programa para 91

Em 21 de novembro foi realizada em Alegre, uma reunião do programa estadual de laranja, onde tratou-se do planejamento e da organização do programa para 1991. A reunião foi realizada pela Secretaria da Agricultura, coordenadora do programa, com a participação de produtores e cooperativas que estão recebendo o fomento desta atividade. Participaram os engenheiros João Agostinho e o supervisor de Olericultura e a área, da unidade de Tenente

Boaro, foram realizadas manifestações com relação à liberação dos recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento. Também levantou-se alguns pontos de qualidade de mudas. O programa andou bem no ano de funcionamento, sendo da organização especificidades envolvidas em ca-

TRIGO Rendimento final da safra

da costureira falta de recursos para o plantio, agravada neste ano pela indefinição na comercialização do produto, a safra de trigo de 90 toneladas por hectare também pelo grande volume de precipitação que ocorreu em novembro. Foram 1.446,6 mm de chuva e a colheita de soja em maio de 1990, um volume record de 1.138 quilos por hectare, e que equivale a 11 meses em períodos normais.

A ausência de recursos foi responsável por grande parte pelo baixo nível de produtividade utilizado na plantação, superando a área de plantio em 1989 - 105 mil contra 97 mil hectares de 1989 -, acabou provocando queda significativa na produção. A estes problemas, juntamente com chuvas fortes, as geadas intensificadas, o aparecimento de doenças, tanto foliares como de frutos. O resultado desse "mau tempo" o trigo foi uma produtividade menor do que a alcançada no passado, com 1.800 quilos por hectare, passando a estimativa inicial a queda de 36 por cento.

Em relação às demais culturas de inverno, a maior importância na região, foram menores ou até mesmo menores. A aveia, por exemplo, teve uma safra com apenas 11 por cento de produtividade, obtendo um rendimento de um mil e 636 quilos por hectare, sem nenhuma quebra, com 114 quilos por hectare, com 13 por cento de queda de rendimento de um mil 335 quilos

perativa tem feito na evolução dos plantios, considerando juntamente o comportamento da oferta e da demanda no mercado nacional, os níveis de mercado internacional de sucos e mercado in natura da fruta cítrica.

A partir dessas preocupações, continua o agrônomo, a Cooperativa passou a ter um programa próprio de desenvolvimento da citricultura ou seja, adequado à realidade da região, considerando principalmente o mercado de frutas cítricas in natura no Rio Grande do Sul. Na primeira etapa do programa, por exemplo, o número de produtores envolvidos foi de 148, os quais receberam 84 mil e 708 mudas. Para o próximo ano, a estimativa do setor é de 200 produtores trabalhando com 100 mil mudas.

IMPLANTAÇÃO DE POMARES - Para a implantação de pomares em 1991, o setor prevê um encaminhamento, em que o primeiro passo se dá pela inscrição do produtor, que deve ser realizada até o dia 28 de fevereiro, nos escritórios da Emater ou no departamento técnico da Cotrijui. Em segundo lugar, a seleção dos produtores, que será feita logo após o término das inscrições, segundo critérios técnico e do Feaper, que é o órgão financiador.

Em março e abril de 91, serão estabelecidos os planos de crédito para aqueles produtores que desejarem finalizar o projeto. Como ocorreu em 1990, o Feaper deverá financiar

o projeto para os pequenos produtores. Enfim é importante saber, que para participar do programa, o produtor terá de contar com uma área de pomar de no mínimo 1 hectare e no máximo, segundo o limite do crédito para os financiamentos.

A situação da citricultura no Estado pode ser melhor observada pelas tabelas elaboradas pelo Conselho Estadual de Citricultura, onde está projetado a necessidade de plantio considerando-se uma estimativa de

demanda nos próximos anos. De acordo com as tabelas, pode ser verificado que o Rio Grande do Sul precisaria plantar 38 mil hectares de laranja até 1996, para que pudesse atingir a auto-suficiência no ano 2000. Ainda pode ser constatado que 30 por cento da demanda prevista é para o mercado in natura. É importante observar ainda, através da tabela nº 2, a proposta de composição de pomares com as cultivares precoce, meia-estação e tardia.

Cronograma de plantação e estimativa de produção de laranja no Rio Grande do Sul visando atingir a auto-suficiência no ano 2000.

Ano	Meta de plantio (ha)	Produção/Ano (t)									
		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	2000
1989	2.000	—	—	—	—	8.000	15.000	25.000	33.000	50.000	50.000
1990	2.000	—	—	—	—	—	8.000	15.000	25.000	33.000	50.000
1991	4.000	—	—	—	—	—	—	16.000	30.000	50.000	100.000
1992	6.000	—	—	—	—	—	—	—	24.000	45.000	99.000
1993	6.000	—	—	—	—	—	—	—	—	24.000	99.000
1994	6.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	99.000
1995	6.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	99.000
1996	6.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	99.000
Variedades nobres existentes		45.000	60.000	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000
Total existente		45.000	60.000	75.000	75.000	83.000	98.000	131.000	187.000	277.000	668.000
Capacidade da indústria		215.000	215.000	250.000	250.000	250.000	250.000	275.000	302.500	332.750	442.882
Mercado in natura (nobres) 5%		120.000	126.000	132.300	138.915	145.860	153.153	160.810	168.850	177.292	205.236
Total necessário		336.000	341.000	382.300	398.915	395.860	403.153	435.810	471.350	510.042	648.116
Disponibilidade		-290.000	-281.000	-307.000	-314.000	-312.860	-305.153	-304.810	-284.350	-233.042	-19.882

Fonte: Conselho Estadual de Citricultura

Previsão de área de plantio e demanda de mudas de laranjeiras no Rio Grande do Sul no período de 1989 a 1996.

Ano	Precoces		Meia-estação		Tardias		Total	
	Hectares	Nº de mudas	Hectares	Nº de mudas	Hectares	Nº de mudas	Hectares	Mudas
1989	504,60	252.300	406,80	203.400	1.088,60	544.300	2.000	1.000.000
1990	504,60	252.300	406,80	203.400	1.088,60	544.300	2.000	1.000.000
1991	1.009,20	504.600	813,16	406.800	2.177,20	1.088.600	4.000	2.000.000
1992	1.513,80	756.900	1.220,40	610.200	3.265,80	1.632.900	6.000	3.000.000
1993	1.513,80	756.900	1.220,40	610.200	3.265,80	1.632.900	6.000	3.000.000
1994	1.513,80	756.900	1.220,40	610.200	3.265,80	1.632.900	6.000	3.000.000
1995	1.513,80	756.900	1.220,40	610.200	3.265,80	1.632.900	6.000	3.000.000
1996	1.513,80	756.900	1.220,40	610.200	3.265,80	1.632.900	6.000	3.000.000
TOTAIS	9.587,40	4.793.700	7.729,20	3.864.600	20.683,40	10.341.700	38.000	19.000.000

Fonte: Conselho Estadual de Citricultura

CUSTOS

O uso do maquinário

O uso das máquinas para fazer a lavoura de verão continua com os mesmos custos do mês de outubro. Por outro lado, o óleo diesel deu um salto em relação ao mês passado, passando a custar 28,68 por cento mais caro

CUSTO DAS OPERAÇÕES DE MÁQUINAS EMITIDO EM 16.11.90 - DIRETORIA AGRUTECNICA

Num	Máquina/Equipamento	Depreciação	Seguro	Manut./Reparos	Combustível	Custo H/T	Custo H/A	Custo H/E	Custo T/H	Ha/Hora	Custo/Ha
001	Trator 62 CV	235,54	2,08	166,26	177,20	603,07	0,00	0,00	603,07	0,00	0,00
003	Trator 82 CV	268,77	2,37	189,72	265,60	726,46	0,00	0,00	726,46	0,00	0,00
004	Trator 95 CV	342,55	3,02	241,80	298,80	886,17	0,00	0,00	886,17	0,00	0,00
005	Trator 110 CV	380,97	3,36	268,92	398,40	1.051,65	0,00	0,00	1.051,65	0,00	0,00
006	Trator 118 CV	435,54	3,84	307,44	431,60	1.178,42	0,00	0,00	1.178,42	0,00	0,00
020	Automotriz 110 CV	1.435,52	13,46	1.076,64	464,80	0,00	2.990,42	0,00	2.990,42	0,90	3.322,69
021	Automotriz 123 CV	1.705,60	15,99	1.279,20	478,00	0,00	3.498,79	0,00	3.498,79	0,90	3.887,54
027	Arado 3 discos	82,80	0,32	36,80	0,00	0,00	0,00	119,92	846,38	0,48	1.768,29
028	Arado 4 discos	104,40	0,41	46,40	0,00	0,00	0,00	151,21	877,67	0,48	1.828,48
030	Grade aradora 18 discos	177,58	0,69	78,93	0,00	0,00	0,00	257,20	983,66	1,06	927,98
031	Grade aradora 22 discos	202,21	0,79	89,87	0,00	0,00	0,00	272,87	1.019,33	1,06	961,63
032	Grade niveladora 32 discos	125,85	0,49	55,93	0,00	0,00	0,00	182,27	908,73	1,59	571,53
033	Grade niveladora 36 discos	149,49	0,58	66,44	0,00	0,00	0,00	216,51	942,97	1,59	593,06
034	Subsolador P 5 pés	43,38	0,17	19,28	0,00	0,00	0,00	62,82	789,28	0,76	1.038,53
035	Subsolador - T 5 braços	65,24	0,25	29,00	0,00	0,00	0,00	74,49	820,95	0,32	2.565,47
036	Semeadeira adubadeira 13L	219,06	0,85	121,70	0,00	0,00	0,00	341,61	1.068,07	1,77	603,43
037	Semeadeira adubadeira 15L	239,03	0,93	132,80	0,00	0,00	0,00	372,76	1.099,22	1,77	621,03
038	Plantadeira - D 5 sulcos	268,10	1,04	148,94	0,00	0,00	0,00	418,08	1.144,54	0,93	1.230,69
039	Plantadeira - D 6 sulcos	274,56	1,15	163,64	0,00	0,00	0,00	459,34	1.185,81	0,93	1.275,06
040	Distribuidor calcário 1 T	104,27	0,41	57,93	0,00	0,00	0,00	162,60	889,06	0,93	955,98
041	Distribuidor calcário 5 T	129,71	0,50	72,06	0,00	0,00	0,00	202,27	928,73	1,55	599,18
042	Terraceador B estra 2D	73,57	0,29	32,70	0,00	0,00	0,00	106,55	833,02	0,37	2.251,41
043	Terraceador Base Larga	103,71	0,40	46,09	0,00	0,00	0,00	150,21	876,67	0,22	3.984,86
044	Capinadeira mecânica 6 pés	47,90	0,19	21,29	0,00	0,00	0,00	69,38	795,84	1,24	641,81
045	Pulverizador Jacto 600 L	118,82	0,46	52,81	0,00	0,00	0,00	172,07	898,55	1,64	547,90
046	Pulverizador Jacto 2.000 L	220,19	0,86	97,86	0,00	0,00	0,00	318,91	1.045,37	1,64	637,42
047	Atomizador Jacto 400 L	106,20	0,41	47,20	0,00	0,00	0,00	153,81	880,27	1,64	536,75
048	Carreta agrícola 6 T	79,26	0,33	27,98	0,00	0,00	0,00	107,56	834,03	1,33	627,09
049	Ensiladeira	270,00	1,05	120,00	0,00	0,00	0,00	391,05	1.117,51	0,15	7.450,07

Reação no consumo traz perspectivas de melhores preços para o produto no mercado internacional

COTRIJORNAL

IJUI, NOVEMBRO/1990

SOJA

O recuo da oferta

Nesses tempos de falta de recursos, em que a safra de soja que está por vir já nasce sob o presságio de uma redução significativa, as tendências do mercado mundial para a comercialização da oleaginosa nem são tão ruins. Aliás, pelo contrário, os indicativos registrados até agora, fazem com que as previsões para a próxima safra sejam mais otimistas do que a safra anterior, principalmente em função da estagnação que ocorre na produção mundial, baixando os níveis de oferta, de uma previsão de aumento no consumo e também de uma redução nos estoques mundiais.

Os três aspectos são destacados pelo analista de mercado e observador econômico da Fecotrig no Mercado Comum Europeu, representante Argemiro Luis Brum, apontando, em primeiro lugar, uma pequena mas consistente redução na produção de soja na safra 90/91. Nos Estados Unidos, por exemplo, o fechamento da safra está sendo previsto em 51,8 milhões de toneladas, um pouco mais do que as previsões iniciais, mas abaixo da safra passada que foi de 52,3 milhões de toneladas. No Brasil, que na safra 89/90 ficou com 19,3 milhões de toneladas, já se fala em uma redução de no mínimo um milhão de toneladas, enquanto a Argentina, que teve 10 milhões e 750 mil toneladas na safra anterior, anuncia apenas 10,5 milhões de toneladas.

O consumo mundial, por sua vez, já está sendo calculado com um aumento na ordem de um milhão de toneladas, contrariando análises anteriores de diminuição da procura a nível mundial, enquanto o estoque final baixa para os 19,2 milhões de toneladas contra os 20,25 milhões de toneladas do ano passado. Quanto ao farelo, a retração da oferta também já é sentida: são 3,9 milhões de toneladas contra os 3,26 milhões de 89.

REAÇÃO EUROPEIA - É baseado nestes índices da demanda mundial,

que Argemiro esboça, a curto prazo, uma tendência positiva, falando inclusive em uma possível reação nos preços da oleaginosa na Bolsa de Chicago para o período de comercialização da safra brasileira em maio do próximo ano. De acordo com o analista, o preço pode chegar a um patamar de seis a sete dólares o bushel, contra os 5,5 atingidos na safra passada.

Os motivos dessa previsão são explicados pela projeção de um aumento na ordem de 15 por cento das importações de farelo de soja na Comunidade Européia, que vinha diminuindo gradativamente as suas importações até o ano passado, em razão do custo da oleaginosa no mercado internacional. Argemiro ressalta, no entanto, que o preço do dólar caiu violentamente na Europa, em relação as moedas européias, principalmente o marco alemão, que depois da segunda guerra mundial nunca esteve tão valorizado como hoje.

Com o dólar mais barato, os europeus, portanto, estão comprando mais soja, um comportamento, que segundo Argemiro, deve ser mantido a curto prazo. Para que os europeus voltem atrás, ou seja, passem a diminuir as importações de soja e busquem as alternativas de substituição na ração, somente com a possibilidade de estourar uma guerra no Golfo Pérsico, o que desencadearia a valorização do dólar.

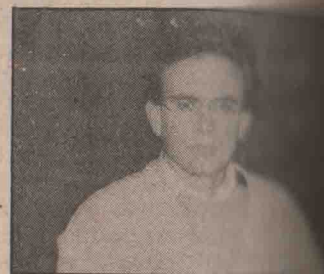
Pelo lado da União Soviética, as perspectivas continuam sendo as mesmas apontadas pelo analista em meses anteriores.

"Apesar das expectativas eufóricas de alguns, a União Soviética continua com o mesmo volume de consumo - quatro milhões de toneladas de grãos", diz Argemiro ao lembrar que a perestroika tem exigido muito dinheiro e que os soviéticos se preocupam em importar alimento pronto para abastecer o mercado, ao invés de im-

portar matéria-prima. Além disso, até o último mês de agosto, os dois grandes produtos de exportação soviéticos, o petróleo e o ouro, estiveram em baixa, provocando dessa forma, uma quebra no caixa do governo.

Tudo isso leva a crer que os níveis do mercado internacional para a próxima safra sejam mais positivos do que na anterior, conclui Argemiro, sem deixar de salientar como sempre, a possibilidade de uma mudança nessas perspectivas, caso venham a ocorrer problemas climáticos, ocasionando fortes reações no mercado.

MERCADO INTERNO - Em relação ao mercado interno, as perspectivas para a comercialização da soja também não estão piores do que no ano passado, embora atualmente, seja muito difícil encontrar um produtor sossegado por causa da escassez de dinheiro para o plantio. A nova safra já nasce com uma redução de 10 por cento, por enquanto. Ainda assim, o problema cambial, que impediu a soja da safra passada de obter um preço melhor, não deve se repetir. É o que diz Argemiro, levando em conta as tendências de desvalorização do cruzeiro em rela-



Argemiro Luis Brum

ção ao dólar, como forma de aumentar as exportações.

Segundo o analista, a safra deve se manter até mesmo menor, devido ao fato das condições brasileiras fecharem a um baque violento. "A nova safra comercial deverá fechar em bilhões de dólares de superávit, tra os 16 bilhões do ano passado", afirma Argemiro, destacando a importância do governo recuperar a fatura. Principalmente agora, as negociações da dívida externa vêm um desembolso de mais nos dois bilhões de dólares em atrasados.

A soma de todos esses fatores, tanto no mercado externo como no, indicam uma safra com boas perspectivas de preços melhores, diz Argemiro, frisando, contudo, que não se pode contar para aquele produtor que produtividade e por isso, com qualidade.

O futuro do grão

Sobre as discussões desenvolvidas pela Rodada Uruguai do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o qual negocia a liberalização total da economia mundial, Argemiro observa que "até hoje nenhuma agricultura no mundo funciona sem subsídio e sem protecionismo, ficando difícil, por isso, acreditar que haja um acordo no Gatt, de forma a retirar quase que totalmente os subsídios como desejam os Estados Unidos e o Brasil. Os EUA, apoiados pelo Brasil através do grupo de "Cairns" (13 grandes produtores agrícolas), defendem a liberalização total de 90 por cento da retirada de subsídios de proteção ao comércio e 75 por cento na produção agrícola. Os europeus pretendem a retirada de 30 por cento do subsídio, e ainda gradual, durante 10 anos, até chegar ao nível da percentagem exigida.

"Liberalizar totalmente a agricultura para nós é muito difícil", diz o analista, ao avaliar as consequências da proposta defendida pelo governo brasileiro, que assim o faz porque "em agricultura já não concede nada de subsídio e até taxa as exportações em alguns aspectos". Além disso, continua, "o governo ao defender esta proposta, pretende

ganhar em outros setores, sobretudo no setor de serviços, de manufaturados e de testes".

A agricultura nacional, no entanto, caso as negociações do Gatt tomem este rumo, perderia em quase todos os seus segmentos, sendo a soja o primeiro deles. De acordo com Argemiro, "a Comunidade Econômica Européia somente aceita reduzir 30 por cento do seu subsídio mediante algumas medidas anexas, como o rebalanceamento de seu protecionismo, responsável hoje pela taxa de qualquer cereal que entre na CEE, como forma de proteger o produto interno.

Desse rebalanceamento proposto pela CEE, ocorreria uma inversão, em que a soja, historicamente importada sem nenhuma taxa, passaria por esse mecanismo, tanto o grão como o farelo, em níveis de seis e 12 por cento, respectivamente. Dessa forma, conclui Argemiro, o Brasil como grande exportador de farelo, seria o grande perdedor. Os Estados Unidos, por sua vez, como grande exportador de grão sofreria uma taxa menor, assim como a indústria moageira européia, que tritura 18 milhões de toneladas de grãos ao ano, teria um produto mais barato.

Certificado de Autorização pelo Ministério da Fazenda: Nº 01/10028/90 de 10/10/90



COMPRE 3 LEVE 2
MIL MILHÕES

TROQUE TRÊS MIL EM COMPRAS POR UM CUPOM E CONCORRA A DOIS MILHÕES EM PRÊMIOS



1º Prêmio — 01 Gol CL



2º Prêmio — 01 TV Colorida 16"



3º Prêmio — 01 Refrigerador Prosdócimo



4º Prêmio — 01 Aparelho de som 3 em 1



5º Prêmio — 01 Fogão a gás - 4 bocas

E MAIS:

01 Rádio Relógio
01 Rancho LOJAS
01 Batedeira WALLA
01 Liquidificador
01 Faqueiro

Todos os clientes que somarem 3 mil em notas fiscais de compras datadas de 10/11/90 a 29/12/90 poderão trocar nos LOJAS COTRIJUI por um cupom e concorrer a 2 milhões em prêmio. Sorteio pela LOTERIA FEDERAL do dia 29/12/90.

LOJAS COTRIJUI

Cotrisol

Elaboração e datilografia: Mariluz da Silva Lucchese

Amigos de verdade

Régis Cardoso

Quando o pai da Isis reformou a casa, houve a verdadeira operação de caça "aos ratinhos" que ele julgava indesejáveis. Com pintura e as cortinas novas, os consertos em todos os cantos, a impressão de que a casa ficara a melhor possível. Nenhuma "varatas" aguentara mais permanecer ali às constantes dedetizações e desinfecções, era uma vitória. Mas tinha a presença do seu Guisepe que tivera de se mudar para outro local devido às pressões do Roberto, desencadeando uma perseguição sem limites.

No final de tarde o vento do outono levantara as folhas secas das árvores pelos quintais, até o clima frio com rajadas de vento cortantes fora cenário perfeito para a chegada triste e saudosa da prole numerosa do seu Guisepe. Ele mais a esposa e seus 14 filhotes (geralmente família

de ratos é numerosa e em se tratando de descendentes de italianos dispensa-se comentários).

Quando caíra a noite da sexta-feira, o problema do "despejo" parecia ter sido resolvido; no jantar seu Roberto comentava com os vizinhos as várias tentativas mal sucedidas em aniquilar os ratinhos, que furtavam pedaços de queijo, roíam sacos de açúcar e às vezes invadiam sua privacidade praticando corridas pela cozinha toda.

A Isis era a única que na inocência dos seus cinco anos estava profundamente abatida. Ninguém sabia ao certo o que ela tanto ajeitava há dias numa velha caixa de sapatos (com enchimentos de algumas bonecas de pano surradas) no seu quarto. Apesar de ter muitos brinquedos, aquele parecia ser todo especial. Numa noite muito fria, quando todos já estavam adormecidos, dois olhinhos faiscavam na

escuridão em direção a cama da linda menina de pele rosada e olhos verdinhos. Difícil de se imaginar quais os sonhos daquela princesa em seu leito; de qualquer forma eles foram interrompidos por uma lambida na orelha direita.

- Oi Isis, senti minha falta? Eu estava com medo de vir te ver. A voz era conhecida. Então seu melhor amigo, o caçula orelhudo de pelos brancos como algodão não partira junto com os demais.

- Eu estava triste porque pensei que não teria mais você para brincar comigo. De fato, o Jinho não era um "rato" de indivíduo, poderia ser assim classificado devido a sua origem (espécie), mas nas atitudes era corajoso. Imediatamente a Isis levantou-se da cama e acendeu o abajur, com o amiguinho no colo dirigiu-se a estante, ajeitando-o confortavelmente na caixinha o cobriu com um pedaço de pano, que antes por muito tempo serviu de coberta para sua boneca preferida, a Cinthia. Furtivamente foi à dispensa, na ponta dos pés, para roubar uns farelos de queijo e no caminho furar um potinho de iogurte de abacaxi (sabor preferido de Jinho) que colocou na xícara de plástico da sua coleção; precisava reforçar a alimentação do amigo, que lhe parecia muito abatido.

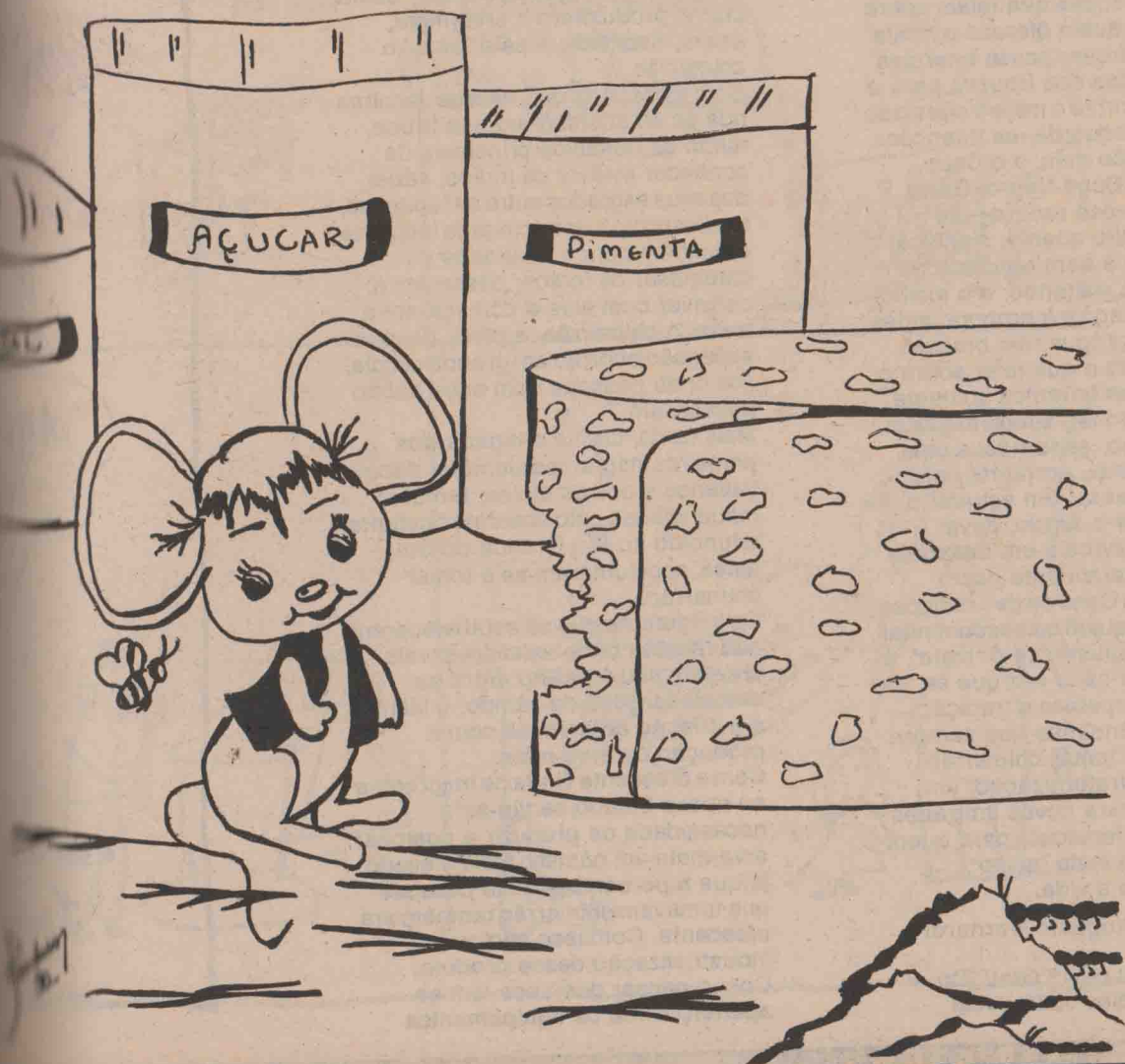
- Durma bem Jinho, amanhã teremos que pensar em como esconder você melhor.

- Descobri um lugar ótimo na biblioteca, assim durante o dia eu posso me dedicar a leitura e à noite, antes de seu pai aparecer lá, você vai me buscar.

- Ótimo então, por enquanto fica assim. O ratinho sorriu timidamente. A amiguinha faria tudo para o proteger, disso ele tinha toda certeza. Amigos verdadeiros são para sempre e em qualquer situação.

EDITORIAL

Oi turma, como vão vocês?
No Cotrisol deste mês estamos publicando as redações premiadas no Concurso de Redações realizado em Jóia, numa promoção do CTG de lá.
Parabéns, pelo bom trabalho!
No passatempo, trazemos sugestões interessantes de como fazer cataventos, um brinquedo que nos ensina muitas coisas.
Um beijo grande,
Mariluz!



Chimarrão

O chimarrão é uma tradição de todos os gaúchos. É o verde amargo que ajuda a fazer muitas amizades. É uma tradição muito antiga e das mais belas do Rio Grande do Sul. O chimarrão pode ser solto onde somente uma pessoa toma-o, em parceria quando o mateador toma com seus companheiros e a roda de mate onde um grupo chimarreja contando causos.

Existem maneiras diversas de convidar os companheiros ao mate: Vamos matear? Vamos chimarrear? etc.

O mate se oferece e se recebe sempre com a mão direita. E quando não se pode receber ou oferecer com a mão direita diz-se: "Desculpe a mão". E o outro responde: "É a mesma do coração".

Quando não quiser mais chimarrear deve-se dizer "gracias" ou "obrigado". Os apetrechos do mate são: a chaleira, a cuia e a bomba, a chamada "triologia do chimarrão". A água para o mate não deve ser fervida, pois se tornaria pesada pela perda de oxigênio, alterando o sabor da bebida.

A escolha da erva vai pela sensibilidade gustativa. A chamada caúna é de sabor amargo, coloração amarelada é bom para a digestão... O mateador serve o primeiro mate, porque noutros tempos essa bebida serviu para envenenamentos.

Mateador, cevador, enchedor de mate é o nome que se dá a quem faz e serve chimarrão. O mate se bebe até roncar a cuia. E só o cevador pode mexer o mate. Havendo algum problema, pode-se avisá-lo ao receber ou devolver a cuia.

Quando alguém diz: "tome um último mate", o gaúcho responde: "O último mate nunca se toma". Porque este, o destino é que vai nos oferecer. Mate do João Cardoso é aquele que nunca chega.

Mate tamanqueado é aquele em que o mateador, cada vez que vai encher a cuia demora. Então com isso o mate esfria.

Cuia de conversar é aquela que a pessoa esquece que está com a cuia na mão;

Mate curto quando se põe erva demais na cuia;

Mate levado se diz quando a infusão já está fraca de sabor e de espuma.

Quando não tiver mais erva e o mate está esgotado, pode-se colocar a erva esgotada ao sol, por horas, e quando estiver seca ceva-se novo mate. É o que se chama encilhar o mate ou mate-de-sol. Isto porém, costuma-se fazer na intimidade. A cuia também pode azedar, se ficar muito tempo sem uso. Para impedi-lo, colocam-se brasas dentro dela e sacode-se, para que não queimem as paredes. Depois enxagua-se com água quente.

Cada parte do conjunto tem seu nome característico:

A) topete, respiro, morrete, cerro, barranco, crista;

B) bomba, bombinha;

C) beijo, boca;

D) pescoço (na cuia de beijo);

E) cuia porongo ou simplesmente mate;

F) bico, cabo, umbigo.

O chimarrão não é apenas uma bebida tradicional, gostosa, inspiradora de romantismo e sentimentos nacionalistas. É também portador de excelentes propriedades curativas e nutritivas.

E por isso devemos continuar tomando chimarrão, para nos

fortalecer e continuar fazendo amigos, pois ele é o jeito mais belo e tradicional de fazermos e sermos amigos de alguém. Tome chimarrão, ele é a fonte da saúde!

Nome: Marilice Debiazi Gulartt
Escola Estadual de 1º Grau D. Edmar Kruehl

Série: 6ª
06/09/90

Chimarrão, mais que um hábito, uma história...

Todo povo tem costumes, hábitos que o diferem dos outros povos e que lhe são peculiares. Assim é o povo rio-grandense. A tradição de tomar o chimarrão nas campanhas, antigamente, e hoje, em todo o Rio Grande, nos identifica como um povo que sabe cultivar e preservar suas raízes e, mais do que isso: identifica o gaúcho aonde quer que ele esteja.

Antigamente, não se cultivava erva-mate: as plantas eram nativas, e o seu uso começou entre os indígenas (sobre tudo das tribos dos Tapes e dos Guaranis), mas depois que os Jesuítas chegaram aqui seu uso foi generalizado.

A erva-mate e o seu consumo ultrapassam a região gaúcha e formam adeptos em outros estados ou países: Argentina, Uruguai e Paraguai importam erva-mate do Brasil e consomem quase como os gaúchos.

O nome "chimarrão" para esta bebida provém da existência outrora de um velho índio que fabricava erva-mate na região Erval Grande e Erval Seco.

Este hábito, que parece tão simples, na verdade requer alguns conhecimentos, algumas regras, por exemplo: nunca se deve oferecer o chimarrão com a mão esquerda, pois é considerado de "mau-agouro". Segundo as lendas que falam sobre o chimarrão, quem oferece o "mate" com a mão direita, passa energias positivas vindas dos Deuses para o visitante. Porém se o mate é oferecido com a mão esquerda, as intenções do anfitrião são más, e o Deus Invocado é o Deus Negro. Outro lembrete: se você receber um chimarrão muito quente, significa que você não é bem recebido na casa que está visitando, e o melhor é encilhar o pingó e ir embora, antes de sair com a língua "em brasas". Teríamos muito o que falar sobre o chimarrão, mas faríamos somente que este hábito tão simples, assim como o gaúcho, se tornasse uma coisa complicada, portanto, para quem se interessar em estudar o chimarrão mais a fundo, deve pesquisar em livros e em materiais encontrados geralmente nas bibliotecas dos Centros de Tradições Gaúchas. Mas quem quiser continuar tomando tranquilamente o "mate", é bom saber que cada vez que se faz isto ajuda a perpetuar a tradição do povo rio-grandense que sempre viu o hábito de tomar chimarrão como uma confraternização, um "quebra-gelo" para novas amizades ou um amigo silencioso, para quem preferir tomar o mate "solito", refletindo sobre a vida.

Aluno: Dirceu Augusto Bernardi
Série: 8ª
Escola Estadual de 1º Grau "Dr. Edmar Kruehl" - São José - Jóia

A ERVEIRA E O CHIMARRÃO

As ervaíras adultas possuem a aparência de uma laranjeira.

O tronco delas tem casca lisa e esbranqueada, sua estrutura varia de seis a oito metros.

A nossa erva-mate é extraída da *Ilex Paraguariensis*.

Os estados que produzem erva-mate no Brasil são: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo e outros.

A erva-mate é plantada no mês de julho e é podada em três e três anos nesse mês.

A muda de erva-mate, não pode pegar muito vento.

A erva-mate não produz sementes no caule.

A erva-mate é podada com a tesoura e o facão.

O chimarrão é a bebida preferida dos gaúchos; quando o vizinho vai na casa de outro vizinho a primeira coisa que faz é convidar a pessoa para tomar um chimarrão.

O chimarrão acelera a digestão, possui muitas vitaminas, deixa as pessoas sem sono.

Chimarrão pode ser tomado de três jeitos, solito com o parceiro ou em roda.

A cuia para tomar mate, o ôco não deve ser muito grande.

A pessoa que prepara o mate chama-se cevador.

A bomba para tomar mate, não pode ser muito fina, porque é mais entupideira.

Otacélio Vargas
5ª série

E.M. de 1º Grau Inc. João XXIII

Chimarrão

O chimarrão provém da erva-mate, uma riqueza natural explorada há muito tempo em alguns estados do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. Sua descoberta ocorreu através dos índios, pois viviam nas florestas em meio a inúmeros ervais, descobrindo o gostoso sabor desta planta produziram a erva-mate, assim, habituaram-se a tomar o chimarrão.

Com a chegada dos Padres Jesuítas que se estabeleceram nas tribos, tendo os objetivos principais de conhecer melhor os índios, saber dos seus segredos entre as reduções, analisar o tipo de sociedade indígena e também com a finalidade de catequisar os índios; passaram a conviver com eles e começaram a tomar o chimarrão, a partir daí sua expansão ocorreu em grande escala, por onde pessoas com esse hábito passassem.

Mais tarde, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, depois italianos e outras etnias, também influenciadas pelo costume bastante difundido no Rio Grande do Sul, estes acostumaram-se a tomar chimarrão.

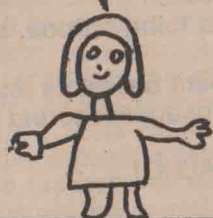
Os imigrantes que se estabeleceram nas regiões onde existiam ervais, dividiam seu trabalho entre as demais funções do campo: o plantio e a criação de animais com a produção da erva-mate.

Com a crescente vinda de imigrantes ao nosso Estado, sentiu-se a necessidade de produzir a gostosa erva-mate em número mais elevado, já que a porcentagem de pessoas que tomavam chimarrão também era crescente. Com isso iniciou a industrialização desse produto. Com o passar dos anos iam-se aperfeiçoando os equipamentos

Página do Leitor



fazer erva-mate.
Pedro, o que
vai fazer?



Fazer erva?
Como que
se faz erva?



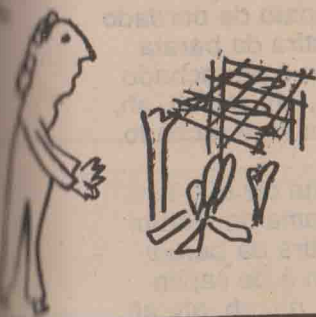
Maria espere
Um pouco
que eu já lhe
explico.



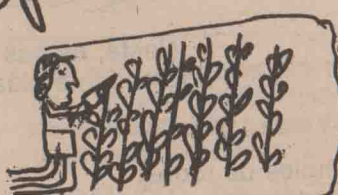
Depois
sapecta
os galhos
na fogueira



Carvão é um
siraú de taquara
Da gente faz fogo
em baixo.



Depois na caneta
Coca-se num cauro
Cru e bate com
um fôco de madeira



Maria,
Venha tomar
mate da erva que
eu fiz, se ficou boa.

Já estou
indo



necessários para a fabricação da erva; as etapas de sapecto, de torrefação e cancheamento tornavam-se mais fáceis, a produção era maior e a mão-de-obra mais barata, fazendo com que os produtores tivessem mais lucros. Assim, o interesse pelo cultivo de erva-mate tornava-se cada dia maior. Surgiram instituições como a Cotrijui, Emater e outros, que com seus técnicos agrícolas e agrônomos que dão apoio, orientação e assistência aos agricultores interessados no plantio de erva-mate para a fabricação da erva-mate.

Em São Roque, localidade do município de Jóiá, a Prefeitura instalou um viveiro municipal, com inúmeras espécies de árvores lá existentes, inclusive a erva-mate, facilitando assim a aquisição de mudas para o plantio. As pessoas que lá trabalham também foram treinadas para dar orientações ao agricultor que deseja adquirir mudas. Percebe-se que é crescente o interesse das pessoas pelo plantio das erva-mates, pois quando iniciou-se o ciclo da soja no Rio Grande do Sul, inúmeros erva-mates foram destruídos para dar lugar à nova economia do Estado. Hoje nota-se o erro cometido e procura-se aos poucos recuperar os erva-mates já que a margem de lucro dos fabricantes é considerável, visto que a soja está a cada dia com o preço mais defasado. Hoje em dia existem inúmeras pessoas com o hábito de tomar chimarrão no Rio Grande do Sul, como também em outros estados por onde gaúchos migram, expandindo-se, assim, nossa tradição.

Elaine Andreatta

Série: 7ª

Escola Estadual de 1º Grau Edmar Kruel

São José - Jóiá.

Depoimento da gauchinha

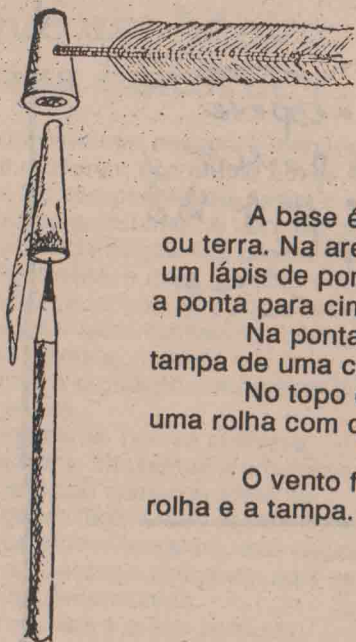
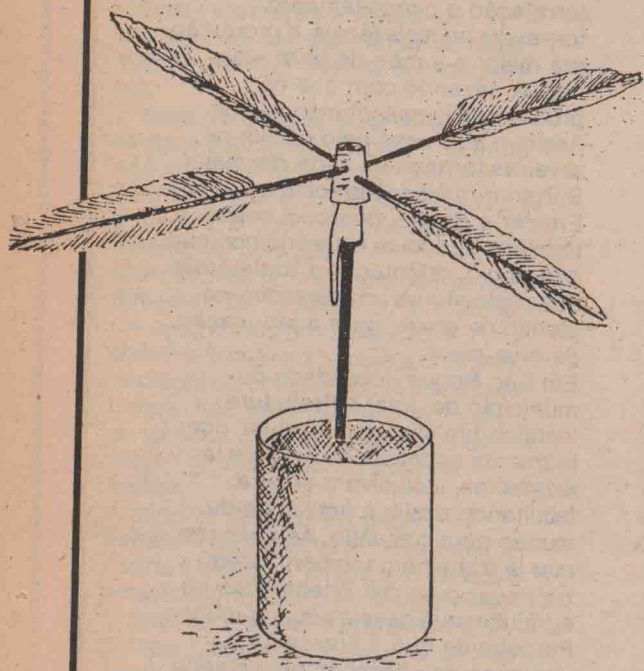
Embora minha pouca idade, o chimarrão é minha bebida preferida. Quando recebo visita das minhas amigas, logo sirvo-lhes um chimarrão. Depois vem o mate de mel, mate com rapadura ou mesmo o mate de leite, conforme a preferência das visitantes. Este costume aprendi com minha mãe, que por sua vez herdou o mesmo da vovó. Poucas são as pessoas que conheço que não costumam chimarrar, mas mesmo assim não resistem a uma roda de chimarrão e nessas ocasiões juntam-se aos demais mateadores até mesmo em sinal de educação. Na minha localidade as famílias costumam reunir-se para comemorações de aniversários. A hora mais bonita e alegre é quando todos tomam chimarrão e contam causos e riem felizes. Para chimarrar não tem hora nem tempo. Só de uma maneira ele não é bom: chimarrar sozinho.

Tatiane Aparecida Dallavechia
Série: 4ª

E.M. de 1º Grau Inc. José de Anchieta

CATAVENTOS

Os cataventos giram com a força do vento.
É fácil construir cataventos simples como estes.

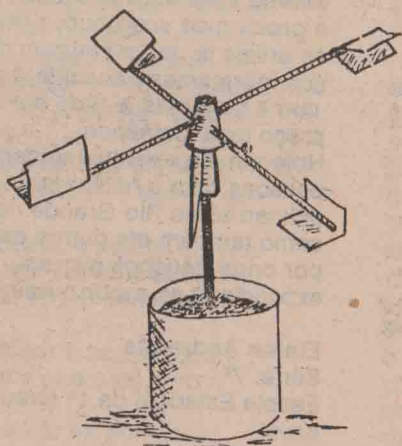


A base é uma lata com areia ou terra. Na areia está espetado um lápis de ponta bem fina, com a ponta para cima.

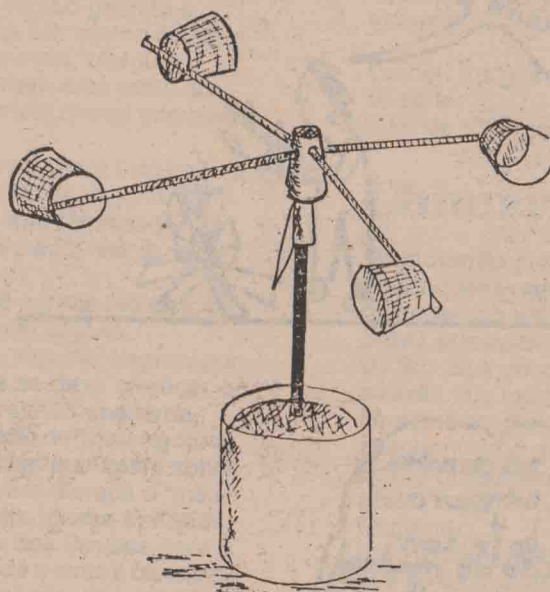
Na ponta do lápis colocamos a tampa de uma caneta esferográfica.

No topo da tampa enfiamos uma rolha com quatro pernas.

O vento faz girar as penas, a rolha e a tampa.

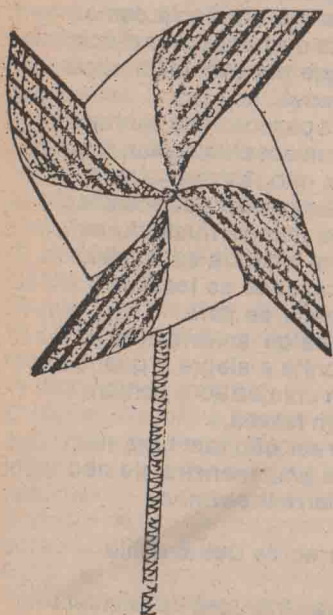


Neste outro catavento as pás são de cartolina dobrada e colada em varinhas.

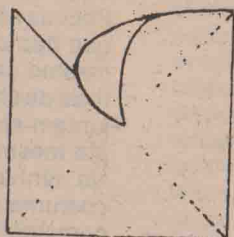


Neste, as pás são copinhos de plástico.

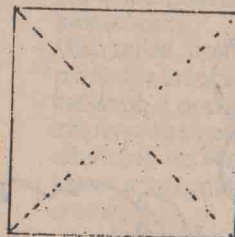
Este é o catavento mais simples de todos.
É feito de papel e o eixo é um alfinete espetado numa varinha.



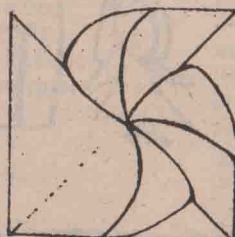
Corte um quadrado de papel.
Marque as linhas pontilhadas.
Corte o papel nessas linhas.



Com um alfinete, prenda uma das pontas no centro do quadrado de papel.



Vá fazendo a mesma coisa com as outras pontas.
Depois que todas as pontas estiverem presas, espete o alfinete numa varinha.



Mensagem secreta

MATERIAL: folha branca
suco de limão
palito

chama de vela
COMO FAZER:

1. Molhe o palito no suco de limão e vá desenhando ou escrevendo na folha.

2. Deixe secar.

3. Vá movimentando a folha sobre a chama da vela.

Não deixe a folha parada, senão ela pega fogo.

Aproveite esta belíssima técnica para mandar mensagem secreta para seus amigos.

BOM TRABALHO!

A barata que diz que tem

A barata diz que tem
Sete saias de filó
É mentira da barata
Ela tem é uma só
Ah, ah, ah, ah, ah, ah,
Ela tem é uma só.

A barata diz que tem
um sapato de bordado
É mentira da barata
ela tem é pé rachado
ah, ah, ah, ah, ah, ah,
ela tem é pé rachado.

A barata diz que tem
uma cama de marfim
É mentira da barata
Ela tem é de capim
ah, ah, ah, ah, ah, ah,
Ela tem é de capim.

A barata diz que tem
um anel de formatura
É mentira da barata
Ela tem é casca dura
ah, ah, ah, ah, ah, ah,
Ela tem é casca dura.

A barata diz que tem
o cabelo cacheado
É mentira da barata
Ela tem é coco raspado
ah, ah, ah, ah, ah, ah,
Ela tem é coco raspado.

A barata diz que usa
muito ruge e batom
É mentira da barata
Ela usa é detefon
ah, ah, ah, ah, ah, ah,
Ela usa é detefon.